

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

LIVIA SALLES

Jornalismo local e mineração: os enquadramentos minério-dependentes no jornal
Ponto Final

Mariana
2025

LIVIA SALLES

Jornalismo local e mineração: enquadramentos minério-dependentes no jornal
Ponto Final

Monografia apresentada ao curso de Jornalismo
da Universidade Federal de Ouro Preto como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Dra. Karina Gomes Barbosa

Mariana

2025

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S168j Salles, Livia.

Jornalismo local e mineração [manuscrito]: os enquadramentos
minério-dependentes no jornal Ponto Final. / Livia Salles. - 2025.
86 f.: il.: color., tab..

Orientadora: Profa. Dra. Karina Gomes Barbosa.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Jornalismo .

1. Indústria mineral - Mariana (MG). 2. Jornalismo local - Mariana (MG).
3. Jornais - Manchetes - Mariana (MG). 4. Mariana (MG). I. Barbosa, Karina
Gomes. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 070(815.1)(091)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO



FOLHA DE APROVAÇÃO

Lívia Salles Pereira

**Jornalismo Local e Mineração:
Os Enquadramentos Minério-Dependentes no Jornal Ponto Final**

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharela em Jornalismo

Aprovada em 04 de setembro de 2025.

Membros da banca

Dra. Karina Gomes Barbosa - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dr. Frederico de Mello Brandão Tavares (Universidade Federal de Ouro Preto)
Me. André Luís Carvalho (Universidade Federal de Ouro Preto)

Karina Gomes Barbosa, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 17/10/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Karina Gomes Barbosa da Silva, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 17/10/2025, às 21:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0999371** e o código CRC **A2373C48**.

AGRADECIMENTOS

Desde o primeiro dia nessa aventura que é a Universidade tive a oportunidade de aprender por cada caminho. Nesse percurso, aprendi muito sobre a profissão, sobre a academia, sobre o mundo e sobre mim. Muito antes de saber que eu queria me tornar jornalista, aprendi o valor de saber ouvir boas histórias, olhar o mundo com paixão e escrever meu próprio futuro. As experiências aqui vividas só foram possíveis pela formação e pelo incentivo que recebi dentro de casa, por mulheres que fizeram dos meus sonhos os delas e nunca deixaram de mover esforços para que eu cumprisse cada caminho da minha trajetória até aqui.

Minha mãe, Elidiany, me ensinou a ter coragem de sonhar alto, de ser eu mesma e abriu a porta para que eu pudesse voar, sempre sabendo que eu tenho quem zela por mim, não importa a distância. Minha vó, Leninha, se esforça todas as vezes que eu volto para casa para me fazer sentir que ainda tenho um lar pronto pra me receber. Mesmo me querendo sempre por perto, me incentiva a realizar sonhos que não lhe foram possíveis. Minha irmã, Lavínia, é a síntese do melhor de nós, desde que me tornei irmã mais velha, me esforço todos os dias para sempre ser um bom espelho e aprendo muito mesmo que tenhamos dez anos de diferença. Agradeço às três, por serem meu lar, meu conforto, minha inspiração, minha vida. A conclusão dessa etapa tão importante da minha vida é uma conquista nossa. De nós quatro, sempre.

Também agradeço imensamente ao Giordano, que há seis anos me acompanha como meu confidente e meu melhor amigo. Viajamos mais de 500 km para realizarmos juntos o sonho e a dádiva de poder enxergar na educação um caminho. Cada palavra dessa monografia foi escutada por ele, cada ideia que eu tive ele ficou sabendo e cada passo que eu der, eu espero que ele esteja lá.

Agradeço aos meus queridos amigos, que fizeram com que a distância de casa parecesse pequena. À Izabela e ao Pedro, que dividiram comigo o orgulho de estar estudando jornalismo, a vontade de mudar de vida e o desejo incessante de acabar com o modelo predatório de mineração. À Julia, minha amiga genial, que entre a sabedoria da Lenu e o espírito revolucionário da Lila, me ensinou tanto sobre mim mesma e sobre o poder da partilha em um mundo de tantos sonhos. Ao Carlos e Wanessa, por serem ótimos amigos,

ouvintes e contadores de histórias. E aos colegas do PET, em especial à Júlia Vieira, pelo companheirismo nesses quatro anos em que fui bolsista do projeto. Em equipe construímos ações que me fizeram acreditar ainda mais na Universidade Pública.

Agradeço por fim, a todo o corpo docente da UFOP, pela caminhada tão acolhedora. Mas, em especial, três professores mudaram minha vida pra sempre, por isso, quero citá-los nominalmente. À Karina, que orientou este trabalho e me ensinou sobre um jornalismo humano, independente, ético e comprometido desde os tempos do *Jornal A Sirene*. Em uma reportagem para uma disciplina eletiva, me deparei pela primeira vez com a realidade da mineração predatória, Karina me deixou um recado que guardo no coração: "admiro a sua forma de lutar pelo jornalismo que acredita, é um caminho árduo, mas vale à pena", espero fazer valer à pena. Ao André que durante o período em que fui voluntária no *A Sirene*, me ofereceu caronas e diálogos sobre as pautas e me apresentou um mundo que não conhecia. Uma realidade que os jornais locais não estavam. E por fim, ao Ricardo, que me ensinou sobre pesquisa acadêmica, me levou ao meu primeiro congresso e me fez acreditar que mesmo em um mundo conturbado como o nosso, a Universidade ainda vale à pena.

Esse trabalho começou a ser construído muito antes do primeiro parágrafo ser escrito. Foram quatro anos intensos pensando e questionando qual papel o jornalismo deveria ter em um território com tantas desigualdades e exploração como Mariana. No livro “A maquinação do mundo” José Miguel Wisnik escreve que os “ecos da mineração” estiveram presentes em toda a obra de Drummond. Guardada a minha insignificância diante do mestre da poesia brasileira, me sinto da mesma forma.

O Jornalismo é uma paixão insaciável que só se pode digerir e humanizar mediante a confrontação descarnada com a realidade. Quem não sofreu essa servidão que se alimenta dos imprevistos da vida, não pode imaginá-la.

(Gabriel García Márquez, 1966)

RESUMO

Esta pesquisa apresenta uma análise qualitativa da cobertura jornalística sobre a mineração na cidade de Mariana (MG), no jornal local *Ponto Final* ao longo do período de 2016 a 2024. A pesquisa parte do contexto do rompimento da barragem de Fundão em 2015, considerado o maior crime socioambiental do país, para investigar como o jornal aborda a mineração e suas consequências para o território e a população local. A partir da teoria do enquadramento, o estudo identifica que o jornal *Ponto Final* constrói predominantemente três chaves de leitura recorrentes: a dependência econômica da cidade em relação à mineração, o processo de reparação pelo rompimento da barragem e as ações benfeitoras atribuídas às mineradoras. Embora o jornal destaque temas econômicos e institucionais, ele raramente dá voz aos atingidos e às manifestações sociais, e suas matérias apresentam um viés institucional, com frequentes conteúdos próximos a releases das mineradoras e da Fundação Renova. Discute-se também o conceito de desertos de notícias, adaptado para o contexto brasileiro por meio do *Atlas da Notícia*. Por fim, a pesquisa avalia o *Ponto Final* indicando limitações na investigação, na pluralidade de vozes e na fiscalização do poder, o que contribui para a manutenção de uma narrativa favorável às mineradoras e para a naturalização dos impactos socioambientais da mineração em Mariana. O trabalho evidencia a necessidade de um jornalismo local mais crítico, plural e comprometido com a representação das demandas sociais da comunidade.

Palavras-chave: jornalismo local; mineração; Mariana; enquadramento; desertos de notícias.

ABSTRACT:

This research presents a qualitative analysis of the journalistic coverage of mining in the city of Mariana (MG), in the local newspaper Ponto Final, over the period from 2016 to 2024. The study starts from the context of the Fundão dam rupture in 2015, considered the largest environmental disaster in the country, to investigate how the newspaper addresses mining and its consequences for the territory and local population. Using framing theory, the study identifies that the Ponto Final newspaper predominantly constructs three recurring interpretative frames: the city's economic dependence on mining, the reparation process for the dam rupture, and the philanthropic actions attributed to mining companies. Although the newspaper highlights economic and institutional themes, it rarely gives voice to the affected people and social movements, and its articles show an institutional bias, frequently containing content close to press releases from mining companies and the Renova Foundation. The concept of news deserts is also discussed, adapted to the Brazilian context through the Atlas da Notícia. Finally, the research evaluates Ponto Final, pointing out limitations in investigation, plurality of voices, and power oversight, which contribute to maintaining a narrative favorable to mining companies and naturalizing the socio-environmental impacts of mining in Mariana. The work highlights the need for more critical, pluralistic local journalism committed to representing the social demands of the mining community

Keywords: local journalism; mining; Mariana; framing; news deserts.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: capa da edição nº 1033 do Ponto Final	44
Figura 2: Página 7 da edição nº 1033 do Ponto Final	45
Figura 3: Capa da edição nº 1036 do Ponto Final	46
Figura 4 - Publicidade da Samarco publicada na edição nº 1045	61
Figura 5 - Publicidade da Samarco publicada na edição nº 1049	61
Figura 6: Publicidade da Renova publicada na edição nº 1215	64
Figura 7: Publicidade da Renova publicada na edição nº 1325	65
Figura 8: Publicidade da Fundação Renova publicada na edição nº 1223 do Ponto Final.	67
Figura 9: recorte da coluna sociais com Rômulo Passos publicada na edição nº 1146.	68
Figura 10: Matéria publicada na edição nº 1294 do Ponto Final	70
Figura 11: Captura de Tela do site da Cáritas MG com matéria igual à publicada no jornal Ponto Final	71
Figura 11: Captura de Tela do site da Cáritas MG com matéria igual à publicada no jornal Ponto Final	72

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1: cenário jornalístico atual de Mariana	31
Quadro 2– número de manchetes e número de matérias internas no Ponto Final, por ano	42
Quadro 3- Matérias selecionadas para análise	48

SUMÁRIO

1. Introdução.....	10
2. Jornalismo local: consolidação, desafios e ausências.....	13
2.1 Para quê servem as notícias locais?.....	13
2.2 Os Desertos de Notícias: o conceito original.....	15
2.2.1 Os desertos de notícias no Brasil: os resultados do Atlas da Notícia.....	17
3.. O surgimento concentrado e atrasado da mídia brasileira.....	21
3.1 A consolidação do jornalismo e a tardia imprensa mineira.....	23
4. A mineração e o surgimento da imprensa marianense.....	28
4.1 Um panorama atual do jornalismo de Mariana (MG).....	29
4.1.2 30 anos de Ponto Final.....	31
5. A mineração na constituição de um território.....	33
5.1 Os discursos da mineração.....	36
6. O enquadramento noticioso: modos de operacionalização da análise.....	38
6.1 As primeiras páginas do Ponto Final e o corpus de pesquisa.....	40
7. Notícias sobre mineração no Ponto Final.....	51
7.1 A minério-dependência estampada no jornal.....	51
7.2. A Reparação pelo rompimento da barragem de Fundão.....	57
7.2.1 Quando os atingidos falam: a cobertura das manifestações.....	70
7.2.2 As efemérides do rompimento de Fundão.....	71
7.3 As ações de benfeitorias das mineradoras.....	73
8. As finalidades do jornalismo no Ponto Final e considerações finais.....	76
REFERÊNCIAS.....	80

1. Introdução

O jornalismo local é um dispositivo não apenas informativo, mas também de criação de vínculos, afetos, proximidade e representação. A grande mídia brasileira, concentrada nas regiões sul e sudeste, não dá conta de noticiar o que acontece nas cidades do interior. São nesses territórios onde a vida cotidiana é atravessada por problemas, reivindicações e negociações políticas, são nos acontecimentos locais que a vida do cidadão é impactada e transformada. No âmbito acadêmico, Reis (2022) constatou entre os anos de 2010 a 2020, que esse tipo de jornalismo recebe pouca atenção de pesquisadores, e geralmente, os trabalhos apenas sistematizam as iniciativas de mídia local e não fazem apontamentos críticos sobre elas.

A discussão sobre os chamados desertos de notícias é pautada na importância do jornalismo local para o desenvolvimento social e construção de identidade nas cidades no interior do país (Coutinho, *et al.* 2022). Em um território como o brasileiro, de vasta extensão territorial, a existência de cidades sem nenhum ou apenas com um veículo de informação, significa que milhares de pessoas não estão asseguradas do direito de saber sobre o que acontece perto de si. No Brasil, o conceito de desertos de notícias foi adaptado pelo *Atlas da Notícia*, que apenas quantifica o número de jornais em cada município, e não os qualifica. Isso mostra que mesmo em locais onde exista mídia, a informação pode ser incipiente e desqualificada.

Mariana, no interior de Minas Gerais, tem população registrada de 61.387 pessoas (IBGE, 2022), e segundo o *Atlas da Notícia*, não é um deserto de notícias. Em uma cidade atravessada pela mineração, desde sua fundação, partindo da concepção do jornalismo local, esses conflitos deveriam aparecer como pauta. Por isso, a partir da observação do principal jornal da cidade, *Jornal Ponto Final*, buscou-se compreender qualitativamente como esse tema é pautado e discutido.

O recorte deste jornal se dá à grande presença do veículo nas redes sociais, além da importância da circulação impressa deste semanário que circula há trinta anos no município. Serão analisados nove anos de cobertura sobre a mineração, com o objetivo de perceber qual ideia de território é construída nas páginas do jornal e como essa atividade é enquadrada pelo *Ponto Final*. As edições consultadas estão disponíveis em repositório online no site do *Ponto Final*. A análise metodológica buscou em diversas abordagens da teoria do enquadramento

formas de sistematizar o conteúdo em fichas de leitura que elencaram nos textos lidos características como uso de recursos textuais: exemplos, imagens, denominações, chavões, metáforas; quais fontes foram entrevistadas e como tomam a palavra; posição do texto na página; elementos da notícia como: título, linha fina, chapéu, intertítulos, *lead*; e elementos do *frame*, elencados por Entman (1993): ênfases e funções do enquadramento. A busca em um espaço de tempo amplo como o da pesquisa, permite mapear quais os os enquadramentos comuns que criam chaves de leitura para os acontecimentos ligados à mineração.

O levantamento de matérias se iniciou em 2016, ano pós-rompimento da barragem Fundão, a partir do entendimento de que esse acontecimento poderia agendar o jornal e incentivar novas chaves de leitura para o tema. Foram observadas edições semanais entre 2016-2024, e selecionados textos que pautassem a mineração. Obtido esse primeiro corpus de pesquisa, foi realizada uma leitura preliminar nas matérias a fim de perceber similaridades temáticas para agrupamento. Foram encontradas três recorrências temáticas mais frequentes: pautas relacionadas à minério dependência econômica e simbólica na cidade, os processos de reparação pelo rompimento de Fundão e as benfeitorias realizadas pelas mineradoras. Após a etapa metodológica, o modo de fazer jornalismo do *Ponto Final* foi observado a partir das doze finalidades da profissão elencados por Reginato (2019).

Esta pesquisa não desconsidera os fatores econômicos e materiais que impactam o fazer jornalístico local. Buscou-se inserir o desenvolvimento da mídia de interior em uma historicidade da imprensa brasileira que constata como desde o surgimento da profissão, há dificuldades em estabelecer uma imprensa independente e livre de influências de atores externos (Lustosa, 2003). Em Minas Gerais, pesquisadores como Mendes (2023) apontam que o interesse colonial pela mineração aurífera exerce um duplo atraso na consolidação dos primeiros periódicos mineiros. Essas dependências econômicas na atualidade, são objeto de estudo dentro das pesquisas de desertos de notícias estadunidenses, desenvolvidas por Abernathy (2018). Por isso, dessa abordagem que considera qualitativamente os desertos de notícias, pretende-se discutir como o jornalismo marianense, sob o exemplo do *Ponto Final*, realmente informa, ou é um dos “jornais fantasmas” como proposto por Abernathy (2023), veículos que não contribuem para o desenvolvimento local.

No primeiro capítulo desta monografia, intitulado “Jornalismo local: consolidação, desafios e ausências”, uma apresentação teórica do que se considera as funções do jornalismo de interior e quais as consequências da falta de informação nos desertos de notícias. Nesse primeiro trecho, é discutido também o conceito original do termo e sua aplicação brasileira.

A seguir, no segundo capítulo, um panorama histórico sobre como a censura de Portugal impactou temporalmente a chegada de uma imprensa consolidada no Brasil. Em Minas Gerais, uma das capitanias mais valorosas para a Coroa, demorou ainda mais para que fossem impressos os primeiros periódicos.

No terceiro capítulo, uma discussão sobre como a história do jornalismo marianense se relaciona com o início da imprensa mineira. A cidade, uma das primeiras cidades do estado a adquirir uma prensa, possui atualmente diversos veículos de notícias locais, e regionais, que ampliam a cobertura também para a Região dos Inconfidentes. Nesta seção, buscou-se estabelecer um panorama atual sobre a imprensa marianense e sobre o *Ponto Final*.

No quarto capítulo intitulado “A mineração na constituição de um território”, a proposta foi discutir como a atividade extrativista mineral se insere no cotidiano, nas relações sociais e de poder das cidades. Além disso, discutiu-se sobre como os discursos dessas empresas são emaranhados no dia a dia das pessoas, de forma a legitimar e estimular a ideia da mineração como progresso, acima de todas as destruições.

No quinto capítulo, o percurso metodológico adotado para elencar categorias para análise dos enquadramentos e definição do *corpus de pesquisa*, um desafio e tanto para esta pesquisa. Nesta seção também inicia-se a discussão sobre os valores notícias acionados pelo *Ponto Final* na edição das primeiras páginas e definição dos destaques da edição.

No sexto capítulo, as análises aprofundadas sobre as matérias selecionadas em três eixos de formação de chaves de leitura similares: a minério-dependência, a reparação pelo crime da Samarco e as benfeitorias das mineradoras na cidade. Por fim, as considerações finais sobre os *frames* mobilizados pelo jornal, suas pautas e como ele atende às finalidades do jornalismo.

2. Jornalismo local: consolidação, desafios e ausências

2.1 Para quê servem as notícias locais?

O jornalismo é um espaço de significação e tradução da experiência social e coletiva. Maurice Mouillaud (2012) define o jornal como um “mapa” que setoriza e seleciona um caminho de leitura e de entendimento dos acontecimentos, além da construção de uma sensação de pertencimento a um território. Em um país como o Brasil, formado por 5.565 municípios dos quais 70% de pequeno porte (IBGE, 2022), o acesso à informação é desigual, impactando no exercício da cidadania e na democracia.

A mídia brasileira hegemônica se concentrou geograficamente na região Sudeste desde sua consolidação, e economicamente nas mãos de poucos grupos. Assim, o jornalismo comercial é focado nas grandes metrópoles, o noticiário não abrange questões dos municípios menores e concentra a informação, sem espaço para a pluralidade (Martins, 2022). Mas é no jornalismo local que a constituição do território se dá. Peruzzo (2003) discute que a proximidade geográfica não é a única razão pela qual a informação vinda de perto é mais relevante para o cidadão, soma-se a isto às demais singularidades da constituição do espaço social: identidade, cultura, economia e tradições. Cabe aos jornais locais repercutir aquilo que realmente afeta o dia a dia de quem mora nas cidades. O acesso a essas informações exerce um papel social de promover a cidadania, o reconhecimento e o estímulo à atitude participativa na vida social (Dornelles, 2010).

A mídia local pode assumir interfaces com a mídia comunitária, pois os jornais com esse viés podem abrir espaço para discussões e pautas que estejam relacionados à lutas e demandas sociais, com participação popular na construção das matérias jornalísticas, sem finalidades lucrativas (Peruzzo, 2003). No entanto, Dornelles (2008) identifica que há também um outro eixo de classificação dos jornais locais, aqueles que reproduzem os mesmos mecanismos da grande mídia e exploram o local como nicho de mercado.

Ao longo dos anos, fatores políticos, sociais e econômicos influenciaram na prática do jornalismo local no Brasil. Apesar da concentração midiática nos grandes centros, desde os anos 1990, em um contexto social e político marcado pela efervescência pós-redemocratização e pela economia pujante, se fortalece no país uma imprensa preocupada com o interior (Deolindo, 2018). Após o fim da Ditadura Militar (1964-1985), o país tenta restabelecer sua economia e, sobretudo, durante os governos Fernando Henrique Cardoso

(1995-2003) e Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), há uma estabilidade econômica que propicia condições para o jornalismo local (Da Silva; Pimenta, 2020).

Com a mesma celeridade, os desafios de permanência e sustento dos jornais locais foram se intensificando. A relação entre o território e a mídia se dá para além da possibilidade de pautas, e está presente nos impactos que afetam tanto os cidadãos quanto o jornalismo de interior. Em um movimento mundial, a partir de 2008 houve um declínio na produção de notícias locais, impactadas principalmente por crises econômicas em um contexto de globalização (Mota, 2023). Nos Estados Unidos, jornais locais começaram a desaparecer por dificuldade de subsistência depois da crise de 2009¹. Somado a isso, os avanços da internet fizeram com que o investimento na produção digital de notícias se tornasse uma opção mais viável aos proprietários de jornais (Abernathy, 2018).

Com um pouco mais de tempo, no Brasil essa realidade também se tornou cotidiana, desviando o investimento de anunciantes dos jornais impressos para os portais online. Isso gerou impacto no modelo de negócio do jornalismo local, que buscava o sustento a partir de assinaturas e anúncios nas páginas (Mota, 2023). Para Dornelles (2012), o online poderia favorecer o “localismo” por ampliar o acesso e a demanda por informação de proximidade. Em contrapartida, autoras como Javorski e Bargas (2020) e Abernathy (2018) defendem que por mais que o acesso online à informação tenha facilitado as rotinas produtivas dos jornais, criou também a possibilidade de circulação de notícias sem rigor jornalístico, publicadas sem apuração.

Esse contexto histórico também impactou na produção radiofônica do jornalismo brasileiro. Em 2013, o Governo Federal oficializou a migração do sinal AM para FM por motivação econômica devido à perda de audiência. O sinal AM de rádio conseguia acessar áreas rurais e pequenas cidades com uma programação voltada para o dia a dia dos moradores, recados, prestações de serviços (Medeiros, 2020). Essa transição deu início a um processo de perda de informação local em municípios menores.

Em 2016, tanto a política quanto a economia do Brasil sofreram consequências da recessão, após o impeachment da presidente Dilma Rousseff, que governou de 2011 a 2016.

¹ A crise de 2009 foi um período de recessão econômica que se iniciou nos Estados Unidos causada pela perda de valor de ativos imobiliários na bolsa de valores.

Segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), a circulação dos jornais impressos teve queda de 41% durante esse momento (Da Silva; Pimenta, 2020).

Mais recentemente, o jornalismo local mundial sofreu mais um impacto, causado pela pandemia de COVID-19. Nesse momento, em que o trabalho jornalístico foi indispensável para assegurar o acesso à informação verificada e confiável, a Associação Nacional de Jornais estimou que 30 veículos de comunicação foram fechados devido à crise econômica decorrente da pandemia (Javorski; Bargas, 2020). Em uma conjuntura de redes sociais e produção de notícias falsas, Javorski e Bargas (2020) afirmam que as quantidades de postagens não foram suficientes para garantir o acesso à informação de qualidade.

Moreira e Del Bianco (2019) se aprofundam nas desigualdades regionais do Brasil para demonstrar a relação entre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o acesso à informação jornalística qualificada. Na análise feita pelas pesquisadoras foram considerados 32 municípios localizados nas regiões Norte e Nordeste com IDHM muito baixo, com o cruzamento das informações sobre a existência ou não da imprensa nesses territórios. “A consequência desse isolamento em uma sociedade conectada está representada na dificuldade dos municípios se comunicarem para criar um mínimo de força econômica e política para poderem ser ouvidos” (Moreira e Del Bianco, p. 80, 2019).

As mídias locais que conseguiram sobreviver ainda não estão livres de desafios. Mesmo nas cidades do interior, o jornalismo ainda é constituído por influências culturais e econômicas, por isso, o valor de um anunciante pode significar a manutenção do jornal. Mota (2023), a partir de Nielsen (2015) e Ross (2006), expõe que o jornal local que adota uma posição servil diante dos interesses políticos e empresariais não cumpre seu papel social.

2.2 Os Desertos de Notícias: o conceito original

A partir desse ecossistema marcado por discrepâncias territoriais do jornalismo, a pesquisadora da Universidade da Carolina do Norte (EUA) Penelope Muse Abernathy classifica como “deserto de notícias” locais que não possuem nenhum tipo de imprensa (Abernathy, 2018). Esse conceito surge de um esforço de pesquisa que analisou o cenário dos jornais locais nos Estados Unidos entre os anos de 2004 e 2016. Os dados obtidos foram reunidos no relatório “O surgimento de um novo barão da mídia e a ameaça emergente dos desertos de notícias”², publicado em 2018, que mostra uma diminuição expressiva na quantidade de jornais locais no país, além da compra de mais de mil veículos de comunicação

² *The rise of a new media baron and the emerging threat of news deserts*, no original.

pelas corporações chamadas de “*big seven*”,³ as maiores empresas do mundo (Abernathy, 2018).

O relatório indicou a perda de 1.779 jornais diários e não diários durante os doze anos analisados. A circulação dos impressos diminuiu em 40%, impactando principalmente no acesso à informação local, devido à importância desse formato para as comunidades do interior dos Estados Unidos. Ainda que hoje em dia exista uma superprodução de notícias em tempo real nas redes sociais, as demandas das pequenas cidades não têm interesse coletivo suficiente para viralizar, por isso, a pesquisa relaciona o crescimento dos desertos de notícias com o declínio do impresso (Abernathy, 2018). Além disso, as mudanças econômicas e os novos tipos de investidores mudaram o modo de fazer jornalismo no país, e tornaram a imprensa que restou em algumas cidades panfletária, deixando de lado o papel cívico e comunitário que o jornalismo local deve exercer (Abernathy, 2018).

Em “Desertos de notícias em expansão”⁴, Abernathy (2016) propõe a ampliação do conceito original de desertos de notícias. A autora discute a qualidade jornalística das informações dadas pela imprensa que continua existindo em algumas cidades, mas sem cumprir os preceitos da informação. Abernathy nomeia estes veículos como “jornais fantasmas”: “Muitos desses jornais continuam sendo publicados – muitas vezes usando o mesmo nome – mas a qualidade, quantidade dos conteúdos diminui significativamente” (Abernathy, 2018, p. 24, trad. minha).

Após o lançamento dos relatórios, outras universidades estadunidenses começaram a desenvolver bases de dados para mapear os desertos de notícias. Em 2017, a *Columbia Journalism Review* publicou “Os crescentes desertos de notícias da América”⁵, site onde desenvolveu uma cartografia interativa⁶ que indica em todos os condados a quantidade de veículos de mídia e de habitantes do local.

A mais recente experiência estadunidense nesse sentido é a “Iniciativa de notícias locais”⁷, criada pela Northwestern Medill University, onde Penelope Muse Abernathy atualmente é professora visitante. O relatório mais recente publicado, em 2023, traz um panorama completo sobre o jornalismo local nos Estados Unidos com dados que cruzam a

³ As multinacionais referidas são: Alphabet, Amazon, Apple, Meta, Nvidia, Saudi Aramco e Walmart.

⁴ “*Expanding News Deserts*”, no original.

⁵ *America’s growing news deserts*, no original.

⁶ Disponível em: https://www.cjr.org/local_news/american-news-deserts-donuts-local.php. Acesso em 2 de Fevereiro de 2025.

⁷ Disponível em: <https://localnewsinitiative.northwestern.edu/projects/state-of-local-news/2023/>. Acesso em 2 de Fevereiro de 2025

quantidade de veículos de mídia com dados estatísticos sobre densidade demográfica, renda e escolaridade, por exemplo.

A partir da experiência de Abernathy, outras experiências de mapeamento dos “desertos de notícias” surgiram ao redor do mundo. Mota (2023) cita como exemplo: *Local News Research Project*, iniciativa canadense de mapeamento de desertos de notícias a partir de análise de conteúdo; *The Australian News Room Mapping Project* (Austrália); e iniciativas de mapeamento dos desertos de notícias portugueses realizados pelo projeto *Media Trust*.

No Brasil, os desertos de notícias começaram a ser mapeados em 2017, no *Atlas da Notícia*, desenvolvido com base no conceito norte americano e inspiração na base de dados desenvolvida pela *Columbia Journalism Review*. O *Atlas da Notícia* foi criado pelo ProJor - Instituto para o desenvolvimento do Jornalismo e pelo *Observatório da Imprensa*, em parceria com o Volt Data Lab.

2.2.1 Os desertos de notícias no Brasil: os resultados do Atlas da Notícia

Publicada em 2017, a primeira edição do *Atlas da Notícia* mapeou a existência de jornais impressos e sites de notícias em 1.125 cidades, nas 27 unidades federativas do país. Nessa primeira experiência não foram considerados todos os municípios, e nem foram quantificadas rádios, televisões e nem revistas. Assim, foram classificados como desertos de notícias 35% dos municípios mapeados, e foi constatada uma concentração de veículos de mídia nas regiões Sudeste e Sul do país. Da Silva Coutinho et al (2022) citam que antes da existência dessa iniciativa havia uma lacuna de estudos sobre o tema no Brasil, e após o mapeamento realizado pelo projeto houve um aumento na discussão acadêmica sobre os desertos de notícias.

A partir do segundo relatório divulgado, em 2018, a análise contou com uma amostra maior de municípios, todos os quantificados com base nas estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Além disso, mais tipos de veículos de comunicação entraram na contagem: rádio, revista e televisão.

Com base nos relatórios já divulgados, o rádio foi a principal fonte de informação nas cidades brasileiras até o ano de 2022, data em que os sites ultrapassaram e passaram a representar 34% do total dos veículos de comunicação. Em todos os relatórios ficou constatada a disparidade do número de veículos de comunicação nas regiões do Brasil: a

região Sudeste lidera e possui 32,7% em proporção ao total do número de veículos mapeados. Enquanto isso, a região Norte conta com apenas 8,7% desse total.

Ano a ano, o quantitativo dos desertos de notícias varia nos relatórios do *Atlas da Notícia*. Com a mudança da metodologia de 2017 para 2018, os desertos de notícias foram de 35% dos municípios brasileiros para 51%. No ano seguinte, 2019, o *Atlas* incluiu na publicação uma nota explicando que, anteriormente, não era feita a análise dos conteúdos produzidos pelos veículos, portanto, para esta edição foram eliminados canais de assessoria de comunicação. Essa alteração fez com que o número de desertos de notícias passasse a representar 62% das cidades.

Nos dois relatórios seguintes, de 2022 e 2023, esse número diminuiu devido ao aumento de portais de notícias online que foram mapeados. O *Atlas* considera que esse avanço digital é positivo para a diminuição da escassez de informações locais. Portanto, o número mais atualizado demonstra que 48% das cidades brasileiras são desertos de notícias. O número das cidades consideradas quase desertos, por possuírem apenas um veículo, ficou em 26% do total.

O mais recente relatório, publicado em julho de 2025 apontou 45% dos municípios brasileiros como desertos de notícias. Nesta edição do relatório, o *Atlas* explicou sobre sua estrutura metodológica, que envolve a coleta de dados a partir de um formulário estruturado. As perguntas são: “nome do veículo”; “segmento principal do veículo de imprensa”; “o veículo fechou?”; “este veículo é um meio de jornalismo?”; “Este veículo é exclusivamente um blog, site pessoal ou página pessoal em rede social?”; e-mail; cidade sede; endereço; “quais as características desse veículo, onde se destaca?”; modelo de negócios do veículo; “qual o tamanho do quadro de funcionários (entre jornalistas e funcionários de outras áreas)”;

“qual a frequência de publicação ou transmissão deste veículo?”, propriedade do veículo e links de produção (Youtube, Discord, Twitter, Instagram, Facebook, etc.) (Atlas da Notícia, 2025).

Nesta edição, o *Atlas* descreveu também quais os critérios adotados para considerar ou não um veículo como jornalístico. São desconsiderados do levantamento: veículos estatais, periódicos promocionais e puramente publicitários; periódicos de sindicatos e associações corporativas; listas telefônicas e catálogos de produtos; e veículos considerados desinformativos (Atlas da Notícia, 2025). Como resultados desta edição, a região Nordeste do país é a com mais desertos de notícias (35% do total), e o estado de Minas Gerais é a unidade federativa com mais municípios sem nenhum veículo de informação (491 cidades).

Em um mapeamento realizado por Da Silva Coutinho et al (2020), o termo “desertos de notícias” foi buscado em trabalhos nos anais do Intercom, SBPJor, Compós e no Google Acadêmico, entre os anos de 2017, 2018, 2019 e 2020. Ao todo, durante esse período foram encontrados 42 trabalhos; 40% destes apenas mencionam o conceito e 28,5% o problematizam. Isso evidencia a necessidade de trabalhos acadêmicos que abordem o conceito de maneira crítica com cruzamentos entre os dados e as distintas realidades sociais no país (Da Silva Coutinho et al, 2020).

Uma das pesquisas que problematiza o conceito é o artigo “A informação sobre a Covid- 19 nos desertos de notícias: a relevância do jornalismo no interior do Pará” de Javorski e Bargas (2020). As autoras desenvolvem a partir de metodologias qualitativas do jornalismo uma análise sobre o trabalho da imprensa de Rondon do Pará, cidade no Norte do país, que não é considerada um deserto de notícias.

Os dados do *Atlas da Notícia* registram quatro veículos de comunicação em Rondon do Pará. No entanto, Javorski e Bargas (2020) checam esse número, encontram um equívoco e afirmam que existem apenas duas emissoras de rádio local. No mesmo sentido, também não existem jornais impressos, nem assessoria de imprensa profissionalizada, e as notícias podem ser acessadas em “algumas páginas de informações circulam na internet, principalmente em plataformas de mídias digitais, mas o conteúdo não tem caráter jornalístico” (Javorski; Bargas, 2020, p. 4).

Ao retomar o conceito original de desertos de notícias proposto por Penelope Abernathy em 2016, é possível perceber a importância da qualidade jornalística e do exercício profissional da imprensa para que os desertos de notícias sejam superados. Tanto Abernathy (2018) e Da Silva e Pimenta (2020) relacionam a diminuição do número de jornais locais causada por questões econômicas e queda no número de audiência. No entanto, os autores se preocupam também com uma questão central: a permanência de jornais em algumas cidades não é o suficiente para garantir o direito democrático de acesso à informação, uma vez que, por interesses financeiros, esses veículos de mídia podem vir a assumir uma postura panfletária e por vezes, tendenciosa, para garantir a subsistência do jornal.

A distribuição desigual dos veículos de comunicação no Brasil se deu principalmente a partir do modelo de colonização portuguesa. As primeiras experiências de imprensa com maior poder de circulação demoraram a aparecer no Brasil Colônia, segundo estudos já realizados por diversos autores no âmbito da história do jornalismo no Brasil (Romancini; Lago, 2007; Lustosa, 2003; Sodré, 1966), e fatores como a censura e a concentração dos

primeiros jornais no Rio de Janeiro dificultaram a interiorização da atividade jornalística, fato percebido ainda nos dias atuais.

3.. O surgimento concentrado e atrasado da mídia brasileira

Os pré-requisitos para a atividade jornalística são relacionados a condições materiais, naquele momento dadas principalmente pela tipografia, além de uma demanda social por um público interessado em consumir notícias (Romancini; Lago, 2007). Além das características produtivas, aspectos sociais e econômicos aparecem nesses estudos e possibilitam entender historicamente esse processo. Isso propicia análises sobre como as primeiras experiências jornalísticas se relacionam e condicionam o tipo de jornalismo que é feito hoje no Brasil.

Os primeiros jornais considerados independentes só começaram a surgir no país a partir de 1808, período histórico da chegada da família real no Brasil (Da Silva; Pimenta, 2020). A chegada da corte de D. João transformou a colônia brasileira em sede da metrópole portuguesa, e o Rio de Janeiro passou a ser a capital do país e do império. Nesse processo, houve uma transformação na infraestrutura e cultura local para garantir a estadia dos monarcas, assim, esse período, chamado de período joanino, foi marco de mudanças para o país (Schwarcz; Starling, 2015).

No caso do jornalismo, a chegada da família real possibilitou⁸ o início da tipografia legalizada no país, prática que era proibida por Portugal. Antes disso, todas as tentativas de oficinas tipográficas eram duramente reprimidas pela Coroa, que temia que as riquezas do Brasil fossem divulgadas para outras nações (Lustosa, 2003). Toda publicação escrita no país possuía a ordem de ser impressa na Europa, ou senão deveria permanecer manuscrita, o que dificultava a informação em larga escala (Romancini; Lago, 2007). Esse enclausuramento tornava o país um dos únicos que ainda não produzia palavra impressa (Lustosa, 2003).

José Marques de Melo (2003) relaciona a demora da chegada da tipografia no Brasil a dois fatores: a precariedade da burocracia estatal, que não implantou a necessidade do impresso como instrumento burocrático de governo; e a posição colonial de capitalismo em que o país se encontrava, onde, com a baixa industrialização e a valorização da economia de primeiro setor, não se estabeleciam condições para a modernização tecnológica.

Assim, com a mudança da sede do governo de Portugal para o Brasil, a Coroa precisou importar também a tecnologia para a publicação de toda a documentação e burocracia do estado, e criou uma Imprensa Régia, em 1808 (Schwarcz; Starling, 2015). A possibilidade de impressão dos escritos se estendia também para materiais não oficiais, como livros e jornais; no entanto, o que podia ou não ser imprimido era rigidamente censurado pela

⁸ Apesar da dura repressão da Coroa, havia tipografias que desafiavam a censura e funcionavam de maneira ilegal antes de 1808.

Coroa Portuguesa, com o objetivo de “afastar as ideias e os princípios norteadores das revoluções francesa e norte-americana, que poderiam questionar o domínio português” (Romancini; Lago, 2007, p. 21).

Nesse sentido, dentro dos limites colocados pelo controle do discurso, surge o primeiro jornal impresso no país, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, distribuído pela primeira vez em setembro de 1808 (Schwarcz; Starling, 2015). Apesar de marcar um início da ideia de imprensa feita no Brasil, o jornal publicava apenas decretos e fatos de relevância para a família portuguesa (Lustosa, 2003). Informações noticiosas eram publicadas somente quando eram do interesse do rei, como por exemplo, quando o jornal divulgava as vitórias bélicas do império português contra Napoleão Bonaparte (Schwarcz; Starling, 2015).

Romancini e Lago (2007) argumentam que a *Gazeta do Rio de Janeiro* não era assumidamente um veículo de comunicação da Coroa, mas cumpria esse papel, e inaugura no Brasil o modo “chapa branca” de fazer jornalismo, um jornalismo parcial e subserviente. Desse modo, ainda emergia no país a demanda por uma imprensa de interesse público, por isso, Isabel Lustosa (2003) defende que a primeira publicação de fato jornalística a circular na capital brasileira foi o *Correio Braziliense*.

O *Correio Braziliense* era impresso em Londres para driblar a censura, e conseguir difundir ideais libertários contra o absolutismo (Lustosa, 2003). O idealizador Hipólito da Costa era inimigo da Coroa Portuguesa e se exilou na Inglaterra, e como redator do *Correio* não possuía qualquer medo de expor cruamente seu repúdio às ações do rei (Schwarcz; Starling, 2015). Hipólito pretendia aproveitar as mudanças sociais que viriam com o período joanino para propagar no Brasil ideias iluministas de liberdade e autonomia nacional (Lustosa, 2003).

Além desses, outros jornais também se consolidaram nesse período, como por exemplo: *Conciliador do Reino Unido*, *Revérbero Constitucional Fluminense*, *O Espelho* e o *Correio do Rio de Janeiro* (Lustosa, 2003). Essas experiências variavam entre o conservadorismo e os ideias revolucionários, mas todas foram importantes para a consolidação da primeira fase do jornalismo brasileiro.

No entanto, mesmo com a chegada da tipografia, outro ponto de dificuldade para estabelecimento de uma imprensa consolidada era a dificuldade de formação de um público leitor. Após o avanço na impressão, muitos jornais surgiram no Brasil mas não conseguiam se manter, e produziam pequenas tiragens (Romancini; Lago, 2007). Juarez Bahia (1972) aponta ainda que a razão econômica é o principal fator para essa demora da imprensa. O espírito de

clausura, como nomeia, estabelecido por Portugal inibia a possibilidade de uma comunicação livre e democrática.

Essa relação causal entre o colonialismo português e a dificuldade do nascimento do jornalismo no Brasil é um argumento bastante usado nos estudos de história de jornalismo do país, para explicar o atraso da imprensa (Jácome, 2020). Phelipe Jácome (2020) retoma as ideias de José Marques de Melo (1973) e Nelson Sodré (1999), para mostrar como essa relação causal é feita. Os autores defendem que o modelo de acumulação de riquezas da Corte Portuguesa não deu espaço para um desenvolvimento industrial no país. Ainda nesse mesmo argumento, Sodré (1999) afirma que esse déficit no desenvolvimento econômico brasileiro dificultava o estabelecimento de uma classe burguesa, que teria, portanto, capital para investir nos primeiros jornais (Jácome, 2020).

Com o fim da censura prévia dos jornais, em 1821, ano anterior à independência, muitos jornais foram criados no Brasil (Ribeiro, 2007). Com isso, já no Segundo Reinado, sob o comando de Dom Pedro II, muitos jornais circulavam no Rio de Janeiro, dando espaço para o jornalismo panfletário (Romancini; Lago, 2003). Esses periódicos, principalmente os chamados pasquins, manifestavam suas opiniões políticas de forma direcionada, em todos os dois campos: liberais e conservadores (Romancini; Lago, 2003). Com o crescimento da imprensa e o estabelecimento de seu poderio político e social, os jornais da época influenciaram mudanças definitivas para o Brasil, como o clamor pela independência, que se daria em 1822. “Pode-se dizer que para nós, brasileiros, imprensa se escreve com “i” de independência. Pois foi em grande parte graças à ação da imprensa que se fez a Independência do Brasil” (Lustosa, 2003, p. 52).

3.1 A consolidação do jornalismo e a tardia imprensa mineira

Nelson Sodré (1999) propõe que, a partir de 1822, o jornalismo brasileiro ingressa em uma segunda fase, a do jornalismo publicista, que propicia a abertura de mais jornais. No interior do país, outras capitanias e províncias foram aos poucos tendo contato com a imprensa. No entanto, o caso de Minas Gerais, capitania desenvolvida e urbanizada, chama atenção por, mesmo desempenhando papel fundamental no Brasil Colônia, ter sido a sexta província a ter jornais circulando (Mendes, 2023).

Um dos pontos importantes para o avanço do jornalismo nesse período   o acesso liberado aos prelos. Assim, Marques de Melo (2003) sugere uma divisão em três fases da

tipografia brasileira e, nela, as capitanias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco seriam as primeiras a sentir esses efeitos, entre 1808 e 1820. Na segunda fase (1821-1822), as províncias do Maranhão, Pará e Minas Gerais; e na terceira (a partir de 1822) as demais localidades.

Mesmo estando na segunda fase sugerida por Marques de Melo, Minas Gerais já tinha muito antes de 1821 avançado na impressão em calcografia, técnica que seria modernizada para a tipografia. Em 1807, a primeira experiência desse tipo foi liderada por Padre Viegas a pedido do governador da capitania, que se encarregou de burlar a censura para ter acesso a um poema que o homenageava (Mendes, 2023). Esse tipo de técnica era muito complexa e só foi possível pela estrutura montada por Viegas e o apoio de materiais da Casa da Moeda, já instalada na província (Mendes, 2023).

Além desse avanço, a primeira tipografia autorizada pela Coroa em Minas Gerais data de 1822, a chamada Tipografia Patrícia, também construída por Padre Viegas (Mendes, 2023). Conforme o autor, nesse local seriam impressos os primeiros jornais mineiros: *O Compilador Mineiro* (1823), *Abelha do Itaculomy* (1824), *O Universal* (1825), *O Companheiro do Conselho* (1825) e o *Diário do Conselho* (1825).

Desse modo, o primeiro jornal mineiro surgiu cerca de quinze anos depois do primeiro jornal brasileiro. Mesmo se considerado que, de 1808 a 1821, os jornais no Brasil cresciam a passos lentos, como mencionado anteriormente, o fato de Minas Gerais, pela relevância econômica e social que tinha, ter ficado de fora da primeira fase do jornalismo nacional, conforme Sodré (1999), desperta interesse para as características particulares da província. Além disso, os anos de 1822 e 1823 foram muito importantes para a consolidação e expansão da imprensa nas províncias de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, que passaram para a fase informativa também muito antes de Minas Gerais (Mendes, 2023).

No Brasil, os jornais que se consolidaram eram ideológicos e partidários, opinavam sobre as ações de D. Pedro II, favorável ou negativamente, e possuíam apelo político com linguagem agressiva (Ribeiro, 2007). Havia grande número de publicações, mas o modo de produção era artesanal, e ao final do século XIX, as primeiras prensas foram dando lugar a equipamentos mais tecnológicos que permitissem a reprodução de fotografias e outros recursos gráficos, usando principalmente a litografia e a xilografia (Romancini; Lago, 2007).

Enquanto o jornalismo se modernizava, Minas ainda não acompanhava a mesma tendência. Os jornais que surgiram em 1823 rapidamente fecharam, e ao contrário dos periódicos políticos e posicionados mencionados por Ribeiro (2007), os jornais mineiros, apesar de algumas experiências combativas como *O Universal*, tendiam à moderação e ao

conservadorismo (Mendes, 2023). Ainda nessa fase do jornalismo, os periódicos começaram a se espalhar pela capitania a partir de 1830, mas se concentravam principalmente na região mineradora: Ouro Preto, Mariana, São João del Rei, Tiradentes (Mendes, 2023).

Em busca da possibilidade de mercantilização da informação, aos poucos as outras províncias brasileiras começaram a importar maneiras de tornar possível a subsistência dos jornais, devido às demandas cada vez maiores por tecnologias (Romancini; Lago, 2007). Essas ideias vinham principalmente dos Estados Unidos, onde a chamada “*penny press*”, imprensa de um centavo, atraía anúncios publicitários de todos os campos políticos (Jácome, 2020). No entanto, a imprensa norte-americana da época, simbolizada principalmente pelos jornais *New York World* e *New York Journal*, marca a popularização de um jornalismo sensacionalista e apelativo, conhecido pejorativamente como “*yellow journalism*” (Romancini; Lago, 2007).

A superação do jornalismo como panfleto para uma publicação informativa e até mesmo literária motiva a transição para a terceira fase, definida por Sodré (1999) como a da Imprensa Informativa e Literária (1840-1889). Nesse momento, também há crescimento na profissionalização e consolidação de jornais mais estáveis economicamente (Romancini; Lago, 2007). Segundo Mendes (2023), em Minas Gerais essa transição ocorre apenas a partir do ano de 1885, com o jornal *O Pharol*, em Juiz de Fora. O jornal foi o primeiro do estado a possuir uma oficina litográfica capaz de imprimir ilustrações, característica do jornalismo informativo.

A partir de 1894, já alterada a capital do estado⁹ de Ouro Preto para Belo Horizonte, o jornalismo mineiro começa a se consolidar. Em 1902, conforme Linhares (1903), surgiram quarenta e um novos jornais e oito revistas (Mendes, 2023). Jairo Faria Mendes (2023) propõe que a transição do jornalismo mineiro para a última fase proposta por Sodré (1999), a de grande imprensa, se dá em 1927 com o *Diário da Manhã*, por sua estrutura industrial e tecnologia de produção. O jornal, mesmo com a inovação, foi vendido no ano seguinte, e se tornou *O Estado de Minas*, que em 1929 passou a integrar os Diários Associados de Assis Chateaubriand, ilustrando a fase da grande imprensa de Minas (Mendes, 2023).

No restante do país, a acumulação de sucessivas transformações que lentamente ocorreram no jornalismo resultou em um processo de reformas que se consolidaram a partir dos anos 1950 (Ribeiro, 2007). Com isso, novos paradigmas para a construção da redação

⁹ As províncias se tornaram estados quando da Proclamação da República, quando o estado brasileiro passou a ser organizado de modo federativo.

passam a ser adotados pelos jornais brasileiros, como a objetividade, a superação do jornalismo como literatura, o jornalismo neutro e como espelho da realidade (Ribeiro, 2007).

A origem dessas reformas é normalmente associada a um processo de ruptura liderado pelo jornalismo norte-americano, que após o fenômeno da *penny press* inicia um processo de normatização da informação (Jácome, 2020). Ao longo dos anos, foram criados manuais de conduta para o exercício do jornalismo, baseados principalmente na ideia da objetividade, “e também da consolidação do próprio jornalismo, que passa a ganhar esse nome, quando segue os padrões impostos” (Jácome, 2020, p. 121).

No Brasil dos anos 50, a modernização da imprensa vem em um primeiro momento para buscar recursos para a subsistência dos próprios jornais e inserir o jornalismo na indústria cultural (Ribeiro, 2007). O *Diário Carioca* foi o primeiro jornal brasileiro a adotar as mudanças, e também a contratar profissionais para a função de *copy desk*, pessoas responsáveis por garantir os textos conforme o novo manual: sem adjetivações, diretos ao ponto, neutros e informativos (Ribeiro, 2007). Além disso, Ribeiro (2007) ressalta que as mudanças não foram apenas textuais, o design e diagramação também foram transformados com a inserção de títulos, subtítulos, manchetes e outros recursos editoriais.

Aos poucos o modelo norte-americano ganha mais força no Brasil, sobretudo na metade da Segunda Guerra Mundial. Nesse momento histórico, os Estados Unidos investiram fortemente nos países da América Latina para garantir o controle de seus ideais nos territórios vizinhos aos seus (Jácome, 2020). Phelipe Jácome (2020) questiona o argumento do “atraso” da mídia brasileira, por acreditar que essa visão coloca o Brasil sempre em desvantagem, abrindo margem para as reformas modernizadoras vindas de outros países, como a norte-americana (Jácome, 2020). Porém, o desenvolvimento da imprensa no Brasil não foi desigual somente com outros países, mas também dentro de seu próprio território, dificultando o estabelecimento de uma imprensa independente e autônoma ainda na atualidade.

O caso de Minas Gerais é particular, por isso, Mendes (2023) se baseia nas razões do atraso da imprensa brasileira proposta por José Marques de Melo (2003) e inclui particularidades do território mineiro que podem justificar esse descompasso entre o surgimento dos primeiros jornais. Este trabalho dedica-se às três primeiras¹⁰: 1) crise na mineração, 2) deslocamento constante da imprensa e 3) isolamento da província, por considerar que é possível estabelecer uma relação entre elas.

¹⁰ As outras particularidades citadas por Mendes (2023) são: a distância geográfica entre Minas Gerais e o litoral e a “mineiridade” como característica de um povo moderado.

Mendes (2023) argumenta que, no final do século XVIII e início do século XIX, Minas Gerais viveu um período de crise econômica causada pelo fim do ciclo do Ouro. A província urbanizada e populosa devido suas riquezas minerais passou por um período de pobreza, falta de recursos públicos, diminuição da população e estagnação cultural. A capitania de Vila Rica, atual cidade de Ouro Preto, capital e também o centro da imprensa mineira naquele momento, sofreu gravemente essas consequências. Por isso, outras cidades como São João Del Rei, Juiz de Fora, e locais no Sul de Minas, como Campanha e Pouso Alegre, que desenvolveram outras atividades econômicas não reféns da mineração, receberam essas populações e consolidaram novos jornais. Além disso, a distância do litoral e a demora para a construção de estradas isolaram a província de Minas Gerais por muito tempo, dificultando o transporte de materiais de produção jornalística (Mendes, 2023).

A relação proposta entre as três categorias elencadas por Jairo Faria Mendes (2023) depende da existência da mineração na província. O isolamento de Minas, como destacado pelo autor, era uma forma de controle da exploração mineral por parte da Coroa. Esse controle é muito similar ao que acontecia no restante da colônia, que, como citado anteriormente, dificultou a imprensa brasileira. No entanto, ao observar as características elencadas por Mendes (2023), é possível notar que a província mineira viveu uma espécie de “duplo colonialismo”, que a partir de uma busca pela acumulação de riquezas prejudicou o desenvolvimento social do local.

4. A mineração e o surgimento da imprensa marianense

Jairo Faria Mendes (2023) explica que o contexto do surgimento do jornalismo em Minas Gerais foi impactado pela economia extrativista do ciclo do Ouro. Esse período histórico marca um momento em que a Coroa portuguesa vê na mineração a possibilidade de manutenção da colônia brasileira, devido à crise que havia no Brasil e em Portugal (Furtado, 1972).

Para Celso Furtado (1972), a mineração passa a atrair para Minas Gerais brasileiros e imigrantes, em busca de ascensão social. Ele define que essa atividade, ao mesmo tempo que oportunizava enriquecimento e desenvolvimento, também gerava miséria, com a elevação do custo de vida na capitania. Além disso, o tempo de manutenção desse sistema é curto. A quantidade de ouro disponível nos depósitos de aluvião se esgota rapidamente, e quanto mais abundante for a região, menor a vida produtiva da mineração (Furtado, 1972).

Nesse momento de efervescência da economia mineira, já na segunda fase do jornalismo proposta por Sodré (1999), surge o primeiro jornal de Minas Gerais, como explanado no tópico anterior. A província de Vila Rica – atual cidade de Ouro Preto – concentrou os primeiros jornais mineiros, e as demais cidades mineradoras impulsionadas pelo capital circulante no território também viram nascer seus primeiros jornais impressos.

Sete anos depois do primeiro jornal mineiro, surgiu o quarto jornal a circular em Minas Gerais, na antiga Vila do Carmo, atual cidade de Mariana (Mendes, 2023). Segundo Cunha (2016), o *Estrella Mariannense* (1830- 1832) foi impresso em Ouro Preto, até 1831, quando foi aberta a *Tipografia Marianense*, responsável pela impressão de outros periódicos da Vila, como: *Guarda Nacional Mariannense* (1834), o *Tonsor* (1889), *Boletim Eclesiástico* (1901- 1939); *Germinal* (1905-1955).

O *Estrella Mariannense*, assim como a maioria dos jornais mineiros da época, assumia uma posição conservadora (Mendes, 2023). Na sua primeira edição, as motivações de existência do jornal estamparam as primeiras páginas: “desejo de liberdade”, “ideal de servir à pátria” e “transmissão de discursos e doutrinas que facilitem a doutrinação dos povos” (Cunha, 2016). A publicação foi idealizada por Manoel Bernardo Accursio Nunan, redator do jornal e secretário da Câmara Municipal de Mariana à época, por isso, a influência da política era nítida no jornal, e eram publicados assuntos nacionais, atas das reuniões da Câmara, além de artigos de opinião sobre política, filosofia e sociedade (Cunha, 2016).

Segundo Thainá Cunha (2016), os leitores do *Estrella Mariannense* eram membros da elite local, políticos e membros da igreja. Os discursos de ordem social presentes no jornal refletiam os valores da sociedade marianense daquela época, que além da elite era composta por 47% da população escravizada. Discursos racistas e de repressão eram comuns tanto nas matérias publicadas, quanto nas cartas dos leitores do *Estrella Mariannense* (Cunha, 2016).

Outro ponto marcante no início da imprensa marianense é a participação da Igreja na consolidação dos jornais. Mendes (2023) destaca o catolicismo como característica da “mineiridade” que explica o conservadorismo nos jornais mineiros. O autor retoma Tôrres (s.d) para justificar que o grande número de igrejas católicas construídas na capitania durante o período setecentista advém do sentimento de culpa resultante do cenário de violência e prostituição que veio junto com a mineração. Em Mariana, o principal jornal católico destaque é o *Arquidiocesano* (1959- 1993), veículo oficial do catolicismo no município.

4.1 Um panorama atual do jornalismo de Mariana (MG)

Ao longo dos anos, a mídia marianense cresceu e consolidou alguns jornais que fazem parte do cotidiano da população ainda nos dias atuais. O jornal mais duradouro da cidade é o semanal *O Espeto*¹¹, fundado em 1928. Conforme Rodrigues et al (2011), o jornal produzido no distrito de Passagem de Mariana é característico pelas publicações de lendas folclóricas e narrativas sobre o monstruoso e o fantástico. No entanto, em 1931 foi fechado, e reaberto novamente em 1988 pelo atual proprietário Leandro Henrique dos Santos. Circula ainda de forma impressa, semanalmente, além do formato digital e possui um portal de notícias online

O *Ponto Final* foi fundado em 1995 por Héber Passos, e no início se chamava *Revista Ponto Final*, vendida a R\$ 2,00 e publicada quinzenalmente por doze edições (Fernandes, 2017). Cunha (2016) mostra que as temáticas pautadas na revista eram diversas, mas a linha editorial era conservadora e com muita presença dos políticos locais nas matérias. Na edição de nº 08, por exemplo, a matéria principal foi “Guerra dos Bonés - realidade e solução”, que abordava um grupo de adolescentes que supostamente estariam causando “desordem” ao assaltar comerciantes e jovens de classe média (Cunha, 2016). A abordagem do jornal, segundo a autora, era do senso comum e do preconceito, e usou de falas punitivistas de políticos locais da época para imprimir à revista um viés de busca por justiça social.

¹¹ <https://jornaloespeto.com.br/>. Acesso em 27 de Março de 2025.

Segundo Fernandes (2017), ainda em 1995, o *Ponto Final* foi transformado em jornal impresso e vendido para Rômulo Passos, atual editor-chefe. Ao longo dos anos o jornal era impresso e distribuído a R\$ 1,00, toda semana, com 20 páginas por edição, sem editorias definidas, e foco principal na política marianense (Fernandes, 2017). Atualmente, o jornal é distribuído gratuitamente em uma edição de mesma periodicidade, com 16 páginas e tiragem mínima de 2 mil exemplares (Ponto Final, 2025).

Além do impresso, outras iniciativas de mídia local como rádios e, mais recentemente, portais de notícias, foram abertos na cidade. Vale ressaltar que, devido à proximidade geográfica de 14km com o município de Ouro Preto, é comum que os jornais se desloquem entre as duas cidades para realizar a cobertura. Além disso, a mídia local é geralmente abrangente e pretende cobrir, além das duas cidades, o restante da Região dos Inconfidentes, como mostrado na tabela abaixo:

Tabela 1: ¹²cenário jornalístico atual de Mariana

Veículos ativos em Mariana (MG)				
Nome do Jornal	Data de abertura	Abrangência da Notícia	formato de circulação	Cidade Sede
O Espeto	(1928-1931); reaberto em 1998	Mariana, Ouro Preto, Itabirito, Ouro Branco, Catas Altas, Santa Bárbara, Acaiaca, Diogo de Vasconcelos, Barra Longa e região central de Minas	Impresso e online	Mariana
Rádio Itatiaia ¹³	1974	Região dos Inconfidentes	rádio	Ouro Preto
Geraes (antigo Galilé)	(1990-1994), reaberto em 2022	Foco na Região dos Inconfidentes, mas cobertura de todo o estado.	impresso até 1994; online a partir de 2022.	Ouro Preto
O Liberal	1988	Região dos Inconfidentes	Impresso e online	Ouro Preto
Ponto Final	1995	Mariana e Região dos Inconfidentes	Impresso e online	Mariana
Rádio Mariana	1996	Região dos Inconfidentes	rádio	Mariana
Jornal Panfletu's	2001	Mariana, Ouro Preto, Catas Altas, Santa Bárbara, Barão de Cocais, Itabirito e distritos	impresso e online	Mariana

¹² Esse é um levantamento não exaustivo, apenas com a finalidade de aproximação de um panorama sobre o jornalismo local.

¹³

Território Notícias	2008	Mariana	online	Mariana
Jornal Voz Ativa	2009	Região dos Inconfidentes	impresso e online	Mariana
Portal da Cidade de Mariana	2017	Mariana e distritos	online	Mariana
Agência Primaz de Comunicação	2019	Mariana e Região	online	Mariana
O Mundo dos Inconfidentes	2019	Região dos Inconfidentes	online	Mariana
Portal Ângulo	2020	Mariana, Ouro Preto e Itabirito	online	Mariana
Mais Minas	2016	Região dos Inconfidentes	online	-
Panorama Inconfidentes	-	Mariana e Minas Gerais	online	Mariana

Em Itabirito, município localizado a 60,9 km de Mariana, alguns jornais como *Radar Geral* e *Sou Notícia* possuem uma editoria voltada para a cidade de Mariana. No entanto, há poucas notícias que pautem a cidade, e o foco é mais voltado para Itabirito. O mesmo acontece com os jornais de Mariana que pretendem abranger as demais cidades da região; existem menções às demais localidades, mas a cobertura diária é definida pelo cotidiano marianense.

No *Atlas da Notícia*, a cidade de Mariana aparece com onze veículos de mídia, sendo que três deles se repetem na contagem. Portanto, retirando as repetições seriam oito veículos ativos em 2019, data da última atualização do site: *Jornal O mundo dos Inconfidentes*; *Jornal Ponto Final*; *Jornal Panfletu's*, *Rádio Mariana*, *Portal Ângulo*, *Agência Primaz de Comunicação*; *TV Câmara de Mariana* e *Jornal da Cidade*. As demais mídias elencadas na Tabela 1 foram adicionadas ao levantamento do *Atlas*.

4.1.2 30 anos de *Ponto Final*

Desde 1995, o *Ponto Final* está sob o comando de Rômulo Passos. Neste ano, o jornal completou trinta anos de existência com onze funcionários. Segundo Rômulo Passos no *podcast* de comemoração aos trinta anos do jornal, a equipe é composta na maioria por seus familiares (Ponto Final, 2025). Atualmente, o jornal circula gratuitamente com média de vinte

e quatro páginas e tiragem mínima de dois mil exemplares (Ponto Final, 2025). As matérias são distribuídas nas editorias de “cidades” e “atualidades”, editorial escrito por Rômulo Passos e coluna de “Opinião” que abre espaço para cidadãos interessados em publicar. A última página sempre é espaço das “sociais”, com publicações de fotos e mensagens dos leitores.

A figura de Rômulo é central no jornal. Ele é o repórter que grava todos os conteúdos audiovisuais da “TV Ponto Final”¹⁴, canal de Youtube com 2,6 mil seguidores criado em 2018, e da página no *Instagram*,¹⁵ de 27,6 mil seguidores, nos quadros “Notícia de Primeira Hora”, publicado quando há notícias urgentes e “2 minutos com *Ponto Final*”, postado diariamente. No site¹⁶ também são repercutidos os acontecimentos locais nas editorias de “cidades”, “cultura”, “editorial”, “educação”, “esporte”, “mundo”, “polícia”, “política” e “saúde”, e além disso, também há o acesso digital às edições impressas.

A manutenção do jornal impresso se dá pelo alto número de anunciantes, que se consolidaram após a mudança da impressão preto e branco para colorida, ainda no início do empreendimento (Ponto Final, 2025). Na edição nº 1524, publicada em agosto de 2025, sessenta e três anúncios foram inseridos por comerciantes locais, Prefeitura e Câmara Municipal. Comparativamente, nas edições publicadas em outros dois jornais impressos locais *O Espeto* (nº865) e *Panfletu's* (nº 1607), foram inseridas 7 e 55 publicidades, respectivamente. Possivelmente, o grande número de anunciantes é o que possibilita a gratuidade da impressão.

O *Ponto Final* é elencado por autores como Do Amaral e Barbosa (2016) e Barboza (2017) como o jornal mais influente de Mariana. No entanto, a qualidade de seu conteúdo, em termos jornalísticos, também é questionado. Barboza (2017) identificou em um corpus de pesquisa de setenta e cinco textos, que trinta e cinco deles são comprovadamente material divulgado por assessorias de imprensa de Mariana, *releases*. Na pesquisa foi constatado que em algumas matérias são modificados apenas títulos e trechos, enquanto outros são totalmente copiados e aparecem nos sites das assessorias ou em outros jornais (Barboza, 2017). Entre as motivações para isso, o autor debate a precarização do trabalho jornalístico, e ainda, a relação implícita entre os anunciantes e o jornal, mesmo que em teoria os *releases* sejam apenas sugestões de pauta, e não conteúdos patrocinados.

¹⁴ <https://www.youtube.com/@tvpontofinal1857>

¹⁵ https://www.instagram.com/jornal_pontofinal/

¹⁶ <https://jornalpontofinal.com.br/>

5. A mineração na constituição de um território

Como apontado por Furtado (1972) a mineração foi a atividade econômica que alavancou a migração e as receitas da capitania mineira em seus primeiros anos de existência. A região chamada pelo autor de “novo eldorado” foi a salvação para Portugal durante um período de decaimento da exploração da cana de açúcar e um estado de pobreza que se instaurou no Brasil e nas terras lusitanas (Furtado, 1972). As riquezas advindas da manufatura do ouro, no entanto, não duraram muito e, em poucos anos, com o declínio da produção aurífera, as regiões mineradas faliram, e não houve desenvolvimento de outras áreas econômicas que pudessem segurar o momento de crise (Furtado, 1972).

Já no século XX, mais precisamente na década de 1940, em um contexto de Segunda Guerra Mundial com a alta demanda por minério de ferro para armamentos e equipamentos bélicos, o Brasil recebe apoio de países estrangeiros para investir na mineração como produto de exportação (Alves, 2020). Em 1942, surge a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em Itabira (MG). As operações da empresa, nesse momento ainda uma empresa estatal, transformaram profundamente a vida social, a paisagem e sobrevivência dos moradores da cidade, destruindo o Pico do Cauê, montanha com grande potencial ferrífero “ao longo das décadas, a ponto de ter se transformado numa inominável cratera que cava seu perfil em negativo no fundo da terra” (Wisnik, 2018, p. 35).

A transformação de Itabira é narrada na obra poética e jornalística de Carlos Drummond de Andrade, retomado por José Miguel Wisnik (2018). O poeta mineiro registrou em versos o sucumbimento de uma paisagem e da vida social que viveu na infância. Mesmo não tendo vivido durante toda sua vida naquele local, os ecos da cidade e dos efeitos da mineração retornam em suas obras ‘como tal fotografia na parede’, que dói, ou como um sítio repercutindo traumas e avivando o vivido” (Wisnik, 2018, p. 28).

Narrando a destruição do Pico do Cauê e, em consequência, o enriquecimento e crescimento da Vale do Rio Doce, Drummond conta no poema “A montanha pulverizada” como a serra que era paisagem para seus antepassados foi sumindo ao longo dos anos.

*Esta manhã acordo e
não a encontro.
Britada em bilhões de lascas
deslizando em correia transportadora
entupindo 150 vagões
no trem monstro de 5 locomotivas*

*-o trem maior do mundo, tomem nota-
foge minha serra, vai
deixando no meu corpo e na paisagem
mísero pó de ferro, e este não passa.*

(Carlos Drummond de Andrade, 1973)

O pico do Cauê foi convertido em matéria prima, *commodity*, produto de exportação para países que encontravam na América Latina espaço para seu desenvolvimento industrial, às custas dos territórios minerados. Drummond descreveu esse processo como o “destino mineral” de Itabira, algo intrínseco ao processo de mineração (Wisnik, 2018). A ampliação dessa atividade com padrão exportador gera como consequência a superexploração do trabalho, a destruição e a violência (Bertollo, 2021). Além de, ao longo dos anos, como já apontado por Furtado (1972), a mineração atrapalhar o surgimento de outras formas de economia e gerar uma relação de dependência entre os territórios e as empresas.

Em 1997, a Companhia Vale do Rio Doce foi privatizada e, em 2009, passou a se chamar Vale. Conforme Alves (2020), esse momento inaugura um novo modelo de mineração, decretando o fim do estado desenvolvimentista, e esta passa a ser ainda mais voltada ao mercado externo, com suas ações à venda para rentistas, diluindo a responsabilidade sobre o extrativismo. Esse processo inaugura uma nova forma de colonialismo, tornando as cidades mineradas reféns da atividade mineradora para sua sobrevivência (Alves, 2020).

No ano 2000, a Vale comprou metade das ações da mineradora Samitri, hoje nomeada como Samarco. A empresa minerava desde 1977, sendo pioneira na exploração de áreas com baixo teor de ferro e uma produção em dois estados brasileiros, indo de Mariana (MG) até o Vitória (ES) com um mineroduto (canal de transporte de minério) de mais de 400 km, que atravessa vinte e quatro municípios (Samarco, ano). A Vale atualmente está presente nos quatro estados com maior Produto Interno Bruto (PIB) advindo da mineração: Pará, Minas Gerais, Bahia e Goiás (Alves, 2020).

Minério-dependência é o termo cunhado por pesquisadores para designar a dependência econômica de um território em relação à atividade minerária (Costa, 2020). Coelho (2018) completa que essa é uma relação de subordinação que coloca na mão das empresas multinacionais, acionistas das mineradoras, o poder econômico de uma cidade. A flutuação do valor do minério como *commodity* nos mercados globais afeta as receitas municipais por meio da queda de arrecadação do imposto de Compensação Financeira (CFEM), do fechamento dos

postos de trabalhos oferecidos por este setor e das movimentações econômicas geradas pela presença das mineradoras na cidade (Coelho, 2018).

Coelho (2018) explica que a minério-dependência subjuga os municípios à lógica mineral, inserindo o poder hegemônico dessas corporações também na vida política e social dos territórios. As mineradoras buscam apoio político para isenções fiscais, licenciamentos, e outros favorecimentos oferecidos em forma de *lobby*, financiamento de campanhas e apoio de ações sociais eleitoreiras (Coelho, 2018). No campo do social, os empregos gerados pelas mineradoras, mesmo que muitas vezes precarizados, geram a sensação de necessidade para a população que não encontra oportunidades em outras áreas (Coelho, 2018). A presença das mineradoras também afeta as sociabilidades das cidades a partir das flutuações populacionais, do impacto nos serviços públicos, nas paisagens municipais e em aspectos como o trânsito. Após o Censo de 2022, estudos realizados no município de Mariana indicaram que a cidade possuía cerca de 35 mil habitantes a mais dos mapeados pelo IBGE, resultado da população flutuante do município atraída pela mineração como oportunidade de trabalho (O Espeto, 2025).

Um dos exemplos concretos desse conceito foi a situação de Mariana, pós-rompimento da barragem de Fundão, em 2015. Em novembro daquele ano, a barragem de rejeitos de Fundão, controlada pela mineradora Samarco (e suas acionistas Vale e BHP) rompeu no subdistrito de Bento Rodrigues. Os efeitos disso foram vinte mortes e a contaminação de fauna e flora pelo material altamente poluente depositado na barragem, que atravessou cerca de 600 km, devastando o Rio Doce, de Minas Gerais ao Espírito Santo. Bertollo (2018) inscreve esse acontecimento como um efeito do capitalismo dependente, escancarando todas as violações de direitos que a mineração causa.

Após o crime, a arrecadação do CFEM na cidade de Mariana diminuiu consideravelmente devido à proibição judicial das operações da Samarco (Coelho, 2018). Isso dificultou a subsistência do município, que depende quase que exclusivamente dessa atividade para se manter. Coelho (2018) afirma que, de novembro de 2015 a 2018, houve demissões em massa, tornando o desemprego na cidade um problema.

Ademais da dependência econômica, há uma necessidade simbolicamente construída na vida social e cultural dos territórios minerados. Coelho *et al* (2020) chamam de capital mineral essa operação no campo da cultura para consolidação do poder político-ideológico da mineração. A mídia hegemônica corrobora esse processo relativizando o desejo desenvolvimentista das empresas e divulgando narrativas que naturalizam os crimes cometidos (Alves, 2020).

5.1 Os discursos da mineração

Jorge et al (2020) afirmam que nos territórios minerados há uma visão romantizada acerca da mineração, ocasionada por táticas de manipulação, dominação e controle exercidas propositalmente pelas empresas. O desenvolvimento econômico e a ascensão social não são percebidos por todos os habitantes das cidades minério-dependentes: enquanto o PIB da cidade é milionário, a renda per capita das cidades mineradoras não ultrapassa dois salários mínimos (Jorge *et al*, 2020). Por isso, estratégias discursivas também são empregadas a fim de garantir a dominação e perpetuação do modelo minerador.

Fábia Lima (2018) expõe a retórica desenvolvimentista das mineradoras, que associam a mineração ao progresso, ao desenvolvimento local e à sustentabilidade em seus discursos. Nos territórios essas ações se convertem em cursos, fomentos culturais e contato próximo com as comunidades (Jorge *et al*, 2020), que geram a sensação de uma mineradora benfeitora. Além disso, durante os processos de reparação pelos crimes causados é adotada a individualização na resolução, para que não se crie precedentes e se fortaleça a ideia coletiva dos atingidos como oportunistas (Jorge *et al*, 2020).

Em casos de consequências criminosas, as estratégias retóricas se intensificam. Nascimento e Silva Sobrinho (2024) estudaram a comunicação da Braskem S.A após o afundamento de ruas na cidade de Maceió no ano de 2022, causado pela extração de sal-gema. Em seus folhetos informativos, a mineradora usa cores que remetem à sustentabilidade, como a verde, e enfatiza a contribuição da empresa para o desenvolvimento local, afirmando seu compromisso social e colaboração com as comunidades para reparação dos danos (Nascimento; Silva Sobrinho, 2024). Atualmente, os logos das empresas Vale e Samarco também refletem a mesma lógica. Com o uso da cor verde (Vale) e azul (Samarco) as empresas se definem como sustentáveis e assumem o discurso de uma mineração responsável com o meio ambiente.

Vieira (2017) afirma que, no caso da Samarco, os relatórios e comunicações que antecedem o rompimento de Fundão falavam de responsabilidade social e compromisso com a economia local. As comunicações da mineradora após novembro de 2015 qualificam as ações de reparação em caráter assistencialista, e nos informativos inserem a mineradora como comprometida em reparar os danos, sem sequer assumir a responsabilidade pelo crime (Vieira, 2017) – que sequer é tratado como tal pela corporação.

No caso da Fundação Renova, entidade criada e mantida pelas mineradoras responsáveis pelo rompimento da barragem de Fundão para supostamente gerenciar o processo de reparação, o mesmo *modus operandi* de comunicação é repetido. A partir de uma análise do programa Vimver,¹⁷ uma das ações de reparação pelo crime, Saraiva e Pereira (2021) observam que a Renova não menciona em sua comunicação as mortes, e subtrai do discurso a responsabilidade de suas mantenedoras. Somado a isso, a Fundação se insere como a principal responsável pela reparação, excluindo a participação das Comissões de Atingidos e Assessorias Técnicas e assume palavras positivas como “jornada” “compromisso” e “novo começo” para se referir aos processos de compensação por um dos maiores crimes socioambientais da história (Saraiva; Pereira, 2021).

Essas construções, aliadas às ideias ligadas à economia, geram e reforçam a dependência e medo de resistência frente a essas poderosas corporações. O discurso das mineradoras legitima suas ações como imprescindíveis para o desenvolvimento, mesmo que isso cause catástrofes, devastação e degradação social. Dentro das concepções do jornalismo local, e da importância da atividade para dar visibilidade a demandas coletivas, seria papel dos veículos de comunicação das cidades mineradas pautar e ser um contraponto a esse tipo de discurso corporativo, ou, ao menos, abrir espaço para visões divergentes.

¹⁷ O Programa Vimver caracterizado pela Fundação Renova como programa de “vivências no território”, promoveu visitas guiadas aos territórios atingidos para mostrar a destruição deixada pela Samarco e promover as ações de reparação da entidade.

6. O enquadramento noticioso: modos de operacionalização da análise

A construção da notícia é resultado de um processo jornalístico que envolve definir que um acontecimento atende aos requisitos para ser noticiado. Mouillaud (2002) afirma que o jornal é um dispositivo de mediação de sentido entre o real e o que é noticiado. Quando o fato se transforma em texto materializado na página, é criada uma relação de verdade, confere-se importância ao acontecimento. Esse processo impõe uma série de regras e fatores que recortam do acontecimento um sentido para passá-lo adiante (Mouillaud, 2002).

Robert Entman (1991) nomeia o procedimento de transformação de um episódio em notícia como enquadramento. Para o autor todo texto jornalístico possui um *frame*, isto é, uma chave de leitura que possibilita uma interpretação sobre o acontecido. Assim, a partir de alguns aspectos selecionados da realidade, o enquadramento é construído por saliências no texto, uso de ênfases, generalizações, repetições, escolhas textuais, entre outras características.

Vimieiro (2009) define a saliência no texto como uma ideia mais notável e memorável expressa no texto através de repetições ou associações familiares para o leitor. Para Entman, as ausências também são consideradas chaves de leituras do enquadramento, devido à seleção de aspectos da realidade (Vimieiro, 2009).

A noção de *frame* de Entman é derivada da definição proposta por Erving Goffman (2012). Nessa perspectiva, os “quadros” são princípios de organização que orientam o entendimento das situações cotidianas e respondem ao questionamento: “o que está acontecendo aqui?” (Goffman, 2012). Os quadros seriam, portanto, mecanismos inconscientes acionados pelos indivíduos para definir a maneira como devem agir, pensar, em uma determinada situação da vida social, e estes são fruto da subjetividade e da cultura (Mendonça; Simões, 2012).

O jornalismo, dessa maneira, inserido na vida social cotidiana, também recorre aos quadros de interpretação das experiências para explicar e agir diante das ocorrências. Entman se apropria dessa visão para discutir os enquadramentos presentes no texto jornalístico. Dentro dessa perspectiva, o texto não consegue ser imparcial como proposto pela modernização do jornalismo norte-americana (Jácome, 2020). As escolhas dentro do texto e do processo jornalístico são resultado das ações do repórter e direcionamentos editoriais, mas também são resultado do mundo significativo do qual fazem parte (Vimieiro, 2009).

Do mesmo modo, Entman (1991) sugere que a seleção dos temas de pauta e a repetição de um mesmo assunto no noticiário é uma maneira de enquadrar e definir a importância de

um acontecimento. A quantidade de vezes que um assunto é pauta, somado à dimensão que ele recebe na cobertura jornalística, possibilita que o público tenha acesso repetidamente a um tipo de chave de leitura para aquele tema, e quanto mais próximo do senso comum o *frame*, mais aceito ele será pelo público (Entman, 1991).

A dificuldade de operacionalização teórico-metodológica do enquadramento já foi discutida por diversos autores (Mendonça; Simões, 2012); (Carvalho, 2009); (Vimieiro, 2009); (Entman, 1993), entre outros. A noção de *frame* se adapta a diferentes objetos e problemas de pesquisa, mas necessita de uma ancoragem metodológica auxiliar, que elenca os procedimentos usados para identificação do enquadramento jornalístico.

Autoras como Vimieiro (2009) e Bavaresco (2017) encontraram nos estudos de Matthes e Kohring (2008) mecanismos de codificação dos *frames* textuais. Com apoio em Entman, Matthes e Kohring acreditam que os *frames* são constituídos pela repetição de padrões em vários materiais de uma amostra, formando um padrão, que serão os enquadramentos. Assim, os autores sugerem a separação de metáforas, exemplos, slogans ou chavões, representações e imagens visuais, que devem ser analisados posteriormente com o apoio da análise de conteúdo (Matthes e Kohring, 2008).

A análise de conteúdo é definida por Júnior (2005) como um instrumento de interpretação de mensagens presentes em um texto. Na mesma linha, Herscovitz (2007) ressalta que os resultados são analisados pela possibilidade de fazer inferências para identificar tendências, modelos e enquadramentos de um texto.

A perspectiva de análise da presente pesquisa se baseia nas categorias de Entman apropriadas por Matthes e Kohring e se aproximam de estudos como os de Rizzotto et al (2017); Nathansohn, et al (2019) e Bavaresco (2017). Essas pesquisas utilizam da mesma perspectiva de *frame* citada, aliadas a elementos constitutivos do próprio jornalismo, como: termos qualificadores e denominadores do acontecimento, atores passivos e ativos no discurso (Bavaresco, 2017); escolha de pautas e fontes (Rizzotto et al, 2017) e página de publicação, posição da notícia na página, título e subtítulo, autoria, elementos do lead e valor notícia (Nathansohn, et al 2019).

Com isso, busca-se perceber no jornalismo praticado pelo jornal *Ponto Final* como são construídos enquadramentos acerca da atividade minerária na cidade de Mariana (MG). Essa análise busca estabelecer quais são os *frames* comuns construídos e reiterados pelo jornal, além de perceber dentro da análise detida das edições como o enquadramento é construído considerando a cultura mineradora instituída na cidade desde a sua fundação. Também

objetiva-se observar nas pautas e no texto como o jornal *Ponto Final* se insere dentro do jornalismo local e das doze finalidades do jornalismo propostas por Reginato (2019).

6.1 As primeiras páginas do *Ponto Final* e o corpus de pesquisa

A aproximação com o material de análise desta pesquisa se deu a partir do acesso aos jornais em formato digital no site do *Ponto Final*. Para os resultados, foram observadas as publicações semanais entre os anos de 2016 e 2024. Esse recorte temporal configura os anos passados desde o rompimento da barragem de Fundão, acontecimento de maior repercussão sobre a mineração no município, até o ano anterior a esta pesquisa. A escolha por uma temporalidade ampla se embasou no objetivo inicial de analisar qualitativa e quantitativamente a recorrência e as matérias sobre mineração no principal jornal da cidade, para averiguar a existência ou não de um deserto de notícias e de um “jornal fantasma” em Mariana. O marco inicial do rompimento da barragem permite avaliar essa presença a partir de um acontecimento importante, que poderia, em tese, agendar o jornal a respeito do tema.

A soma total das edições configura o recorte de 468 números do jornal. Devido a esta grande quantidade de material selecionado, foi necessário encontrar critérios de um segundo recorte, que possibilitasse a análise dos textos em questão.

A primeira tentativa de seleção do material foi a partir das capas das edições, na busca por encontrar nelas manchetes ou destaques de matérias com acontecimentos relacionados à mineração. Nessa incursão, notamos que, apesar da existência de pautas relacionadas ao tema no interior do jornal, o número de vezes que estas aparecem em destaque na capa é muito inferior (quadro 2).

Quadro 2– número de manchetes e número de matérias internas no <i>Ponto Final</i> , por ano		
Ano	nº de matérias nas capas	nº de matérias no interior da edição
2016	15	67
2017	26	86
2018	23	50

2019	16	63
2020	7	47
2021	4	39
2022	6	46
2023	9	57
2024	9	36

As primeiras páginas são para o jornal impresso como uma “vitrine” que seleciona e evidencia as principais notícias da edição (Barsotti, 2018). Esse processo é resultado da edição jornalística, etapa final do processo editorial. Assim como no texto escrito, as manchetes, chamadas e imagens diagramadas selecionam e enfatizam aspectos das notícias para gerar curiosidade ao leitor; uma primeira página deve, portanto, hierarquicamente escolher as informações com mais valor, e produzir um sentido do que está acontecendo de mais importante naquele momento (Junior, 2009). Barsotti (2018) argumenta também que as primeiras páginas são como fotografias que capturam a imagem de um momento histórico.

Por isso, foi considerado que o número de vezes que algum acontecimento relacionado à atividade minerária em Mariana aparece em destaque na primeira página do jornal *Ponto Final* indica a importância que essas matérias têm para o jornal. Para além da diagramação e edição jornalística, foi considerada também a noção de valores-notícias descritos por Silva (2005), que define que eles seriam a forma encontrada pelo jornalismo para selecionar diante da infinidade de acontecimentos diários o que deve se tornar um produto jornalístico. Dentre os critérios, a autora operacionaliza os valores-notícia nas seguintes categorias: impacto; proeminência; conflito; entretenimento/curiosidade; polêmica; conhecimento/cultura; raridade; proximidade; surpresa; governo; tragédia/drama; e justiça.

Desse modo, ao observar as capas do *Ponto Final*, concluiu-se que as manchetes e destaques não hierarquizam as informações a partir de valores-notícias e também não oferecem uma “vitrine” que mostre com clareza o que será assunto no interior da edição. Em 2016, ano seguinte ao rompimento da barragem de Fundão, o jornal *Ponto Final* pautou temas relacionados à mineração em quase todas as edições ao longo do ano. Porém, matérias importantes como “Presidente da Samarco é indiciado pela Polícia Federal” (Ponto Final, 2016b) não ganharam destaque na primeira página.

Na capa da edição nº 1033, de 22 de janeiro de 2016, o *Ponto Final* destaca “Acidente fatal entre carro e ônibus na BR-356”, e como outros destaques de cada editoria aparecem “Cidades- Chuva preocupa cidadão de Mariana e região”; “Cidades- Defesa Social realiza

demolições de construções”; “Política- Duarte Júnior irá processar fakes” (Ponto Final, 2016b). O indiciamento dos sete réus das mineradoras Samarco e Vale e da Vogbr, consultoria responsável pela declaração de estabilidade da barragem de Fundão, foi uma matéria curta na página 4. Conforme os critérios de noticiabilidade elencados por Silva (2005), essa notícia se encaixaria nas seguintes categorias: impacto, devido ao número de mortes e devastação do crime de que os indiciados participaram; proeminência, pela notoriedade hierárquica do indiciamento do presidente da empresa; polêmica/escândalo em razão da responsabilização do presidente da empresa no crime; e o mais importante: proximidade, por se tratar de um crime que aconteceu na mesma cidade do jornal.

Figura 1: capa da edição nº 1033 do *Ponto Final*

ANO 21 - EDIÇÃO 1.033 - 22 A 28 de JANEIRO, 2016 - MARIANA/MG E REGIÃO - 16 PÁGINAS R\$1,00

Ponto Final

Respeito ao leitor

Acidente fatal entre carro e ônibus na BR-356

Acidentem na BR-356, em Cachoeira do Campo, distrito de Ouro Preto, entre um Fiat Palio e ônibus da Transcotta causa uma morte no local. O impacto destruiu completamente o carro. Testemunhas alegam que a batida foi tão forte que a vítima teve um dos braços arremessados na pista. O acidente aconteceu no KM 73, e chovia bastante no momento do acidente. A rodovia ficou interditada por cerca de 3 horas após o acidente. As causas da batida não são conhecidas, porém, a chuva pode ter piorado a condição da pista e como a imprudência no volante também pode ter agravado a situação ruim para ocorrer o acidente.

+ Comente sobre esta reportagem no site jornalpontofinal.com.br



MURICI
Soluções para sua construção
Assistência técnica autorizada

PROMOÇÃO ROÇADEIRAS STIHL

Rodovia dos Inconfidentes, 95 - São José - Tel: (31) 3557-1551

Restaurante e Pizzaria

Don Sapore

Self-service & Disk-marmiteix
Disk-pizza forno a lenha 50 sabores

3558.5878
98633.0815

R. Diamantina, 760 - Cabanas

Quem é a MAIOR, tem o preço MENOR!

POPULAR

Medicamentos gratuitos de pressão e diabetes. (Programa Farmácia Popular)

Rua Bom Jesus, 135
Centro - Mariana/MG

"CIDADES
Chuva preocupa cidadão de Mariana e região
Página 8

"CIDADES
Defesa Social realiza demolições de construções
Página 9

"Política
Duarte Júnior irá processar fakes
Página 10

Figura 2: Página 7 da edição nº 1033 do *Ponto Final*

04 | CIDADES

Jornal Ponto Final
22 a 28 de janeiro de 2010

Dinheiro das doações será distribuído entre chefes de família

Compensação. Famílias, reconhecidas em juízo como afetadas pela tragédia terão direito ao dinheiro.

● O valor arrecadado nas doações - R\$ 1.025.441,41 - feitas para as vítimas do maior crime ambiental do país, o rompimento da barragem Fundão, será dividido igualmente entre os chefes de família das comunidades atingidas Bento Rodrigues, Paracatu, Bicas, Pedras, Campina, Borba e Ponte do Gama. A ideia inicial era que o valor fosse repartido entre as crianças vítimas da tragédia e que elas teriam acesso ao dinheiro ao atingir a maioridade, mas os moradores não concordaram com a sugestão, alega a prefeitura de Mariana.

A decisão foi tomada na segunda-feira, 11 de janeiro, pelo conselho criado pela prefeitura de Mariana. O conselho é composto por integrantes das comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, executivo municipal, Arquidiocese de Mariana, Associação Comercial, Industrial e Agropecuária da cidade, Ordem dos Advoga-

dos do Brasil e Instituto Federal de Minas Gerais. Contudo, a data do repasse para os moradores das comunidades afetadas será decidida na próxima reunião no dia 15 de fevereiro (um mês a mais de espera). A prefeitura disse que irá publicar nos próximos dias um edital com o nome do responsável por cada família beneficiada, e será aberto um prazo para retirada do nome, ou acréscimo de algum outro que não tenha sido incluído.

Também definiu que qualquer arrecadação com doações para as comunidades afetadas será destinada para as crianças vítimas da tragédia, um fundo de amparo de longo prazo, que os beneficiários terão acesso ao atingir os dezoito anos. Além disso com propósito de constituir o fundo para as crianças, está sendo organizado um leilão para o mês de março com alguns objetos doados por pessoas famosas, como cami-

sa da Seleção Brasileira doada pelo ex-jogador Zico, relógio do apresentador Fausto Silva e livro de receitas da apresentadora Ana Maria Braga, entre outros doativos.

O Ministério Público de Minas Gerais abriu inquérito na quarta-feira, 13 de janeiro, para apurar o destino das doações feitas em dinheiro para a conta da prefeitura de Mariana. As doações são para os atingidos pelo desastre da barragem Fundão da empresa Samarco.

O Ministério estranhou tamanha demora para o repasse do valor, já que o desastre aconteceu há 2 meses tempo suficiente para a prefeitura repassá-lo ou ao menos esclarecer como e quando iria fazer. Os afetados reclamam que não estão tendo participação na decisão. Porém, o conselho que ficou responsável por gerir



Conselho decide como serão distribuídos os recursos das doações.

a conta de doações possui representantes dos subdistritos afetados e já definiu na reunião citada a cima o destino do dinheiro.

O promotor Guilherme Meneghin afirmou ao jornal O GLOBO que foi procurado por cerca de 15 moradores com dúvidas sobre essas doações. Diante da insatisfação, abriu o

inquérito para averiguar se não está havendo desvio de recurso e de que maneira está sendo a consulta com as pessoas afetadas. Meneghin afirmou que não tinha sido comunicado sobre a decisão do conselho.

Curta a página do Ponto Final no Facebook
facebook.com/jornalpontoefinal

Presidente da Samarco é indiciado pela Polícia Federal

DA REDAÇÃO

● Após dois meses da tragédia da barragem Fundão a mineradora Samarco, dona da barragem e de muitas outras, foi indiciada no processo que apura crimes ambientais junto com seu presidente Ricardo Vesvoci. A polícia Federal divulgou a informação na quarta-feira, 13 de janeiro.

O processo também chegou na gigante Vale, empresa que é dona da Samarco junto com BHP Billiton, e na Vgbir empresa responsável pela declaração de estabilidade da barragem.

Junto com o presidente da empresa foram indicadas também outras seis pessoas: o coordenador de monitoramento das barragens, a gerente de geo-

técnica, o gerente geral de projetos e responsável técnico pela barragem Fundão, o gerente geral de operações, o diretor de operações e o engenheiro responsável pela declaração de estabilidade da barragem Fundão em 2015, que atestou a estabilidade das estruturas. Eles podem responder por crimes que têm penas previstas de um a cinco anos de prisão.

A polícia informou que novos indiciamentos poderão surgir com o decorrer das investigações. A participação da Polícia Federal no caso se deve ao fato de os rejeitos terem atingido o leito do rio Doce, que é um bem da União (já que o rio percorre mais de um Estado). Já a investigação sobre

as mortes na tragédia é feita pela Polícia Civil de Minas Gerais. A Samarco informou, por meio de nota, que "não concorda com o indiciamento de seus profissionais porque até o presente momento não há uma conclusão pericial técnica das causas do acidente".

A Vale também afirmou quase a mesma coisa, por meio de nota, "Além disso, as suposições da Polícia Federal sobre uma teórica responsabilidade da Vale baseiam-se em premissas que não têm efetivo nexo de causalidade com o acidente, conforme será oportuna e tecnicamente demonstrado pela Vale". Já a Vgbir afirmou que não foi comunicada "oficialmente do indiciamento".

INVICTO
Moda masculina e feminina
Venda online com frete grátis para todo Brasil
www.invictomodaurbana.com.br
Rua do Catete, 274 - Centro - Mariana/MG

Comercial
açougue e sacolão
BOM PRACA
3557.2858
Av. do Contorno, 255
Colina - Mariana/MG
Preços baixos todos os dias, preços baixos perto de você!

Vereador Tião do Sindicato
Site oficial do vereador Tião do Sindicato suas realizações, ações na comunidade na saúde. São mais de dezenove anos, atuando em prol da população rural e urbana. <http://www.vereadortiaodosindicato.com.br>
Estamos também no facebook / tiaodosindicato
Rua Acre, 441 - Colina Mariana - Cep: 35.420-000
Tel.: (31) 3558-5649 ou 8419-7353
E-mail: tiaodosindicato@bol.com.br

Vereador
José Jarbas Ramos Filho
ZEZÉ DE NEGO
José Bernardino de Souza, nº 03
Rosário - Contato: 3558.4577

Vereador
Cristiano
Vilas Boas
Rua Wenceslau Braz
3557.2562 - Centro - 481
Facebook: [vereadorcristiano](https://www.facebook.com/vereadorcristiano)
vereadorcristiano@gmail.com

Vereador
Pedro Eldorado
Av. João Ramos Filho,
288 - Barro Preto
Contato: 3558-2722
8958-1004 / 8744-1004
E-mail: pedrocesarnunes@hotmail.com

No mesmo ano, na capa da edição nº 1036, em 12 de fevereiro, o jornal destaca “Se a barragem não é segura, o Carnaval marianense é!”, ironizando a irresponsabilidade da mineradora Samarco e o crime. O tema também aciona uma discussão sobre o turismo da cidade, duramente afetado pelo acontecimento de 5 de novembro de 2015. A matéria fala das ações de segurança pública tomadas pela prefeitura de Mariana para garantir uma folia tranquila, e usa o rompimento da barragem como recurso de linguagem para destacar essa informação. Apesar de não terem o mesmo destaque na edição, três outras matérias no interior do número mencionam a mineração, mais propriamente o rompimento da barragem de Fundão. Uma delas, “Promotor afirma que troca de jurisdição é favorável à Samarco” (Ponto Final, 2016e), fala sobre o receio das pessoas atingidas e do promotor de Justiça, que temem a impunidade das mineradoras com a mudança judicial do processo de âmbito municipal para federal.

Figura 3: Capa da edição nº 1036 do *Ponto Final*



As chamadas e títulos das matérias também são elementos da edição jornalística. Luiz Costa Pereira Junior (2009) classifica os títulos como a “informação que grita”, que inicia o processo de enquadramento de um acontecimento. Um título deve ser sintético, claro e chamativo, além de enfatizar um caráter importante da informação. No *Ponto Final*, mesmo em 2017, ano em que o tema da mineração tem mais chamadas na capa, os títulos das matérias são vagos e não indicam para o leitor do que se trata a informação. Algumas das chamadas desse ano: “Representante da Samarco esclarece decisões da empresa” (Ponto Final, 2017d), “Impasse com prefeito pode atrasar a volta da Samarco” (Ponto Final, 2017d) essa matéria em questão se referia ao prefeito de Santa Bárbara e não ao prefeito de Mariana.

Outra característica dos títulos em destaque nas edições desse mesmo ano é a contradição de informações em edições diferentes. Na edição nº 1104, a manchete em destaque diz: “Fundação Renova não pagará por calote de empresa terceirizada” (Ponto Final, 2017g) e, em seguida, na edição nº 1107 é destaque a seguinte informação: “Renova assumirá calote de empresa a comerciantes” (Ponto Final, 2017h).

No ano seguinte, 2018, dentre as matérias selecionadas pelas capas, a Fundação Renova é destaque na maioria delas: “Azedou o almoço da Renova” (Ponto Final, 2018b); “Segundo Renova, R\$ 127 mi são investidos em empresas de Mariana” (Ponto Final, 2018c); “Diálogo entre Renova e Câmara tem cobranças e propostas de soluções” (Ponto Final, 2018c); “Renova lança fundo de R\$ 55 milhões para atrair empresas de Mariana” (Ponto Final, 2018d); “Estacionamento permanece tomado por carros de funcionários da Renova” (Ponto Final, 2018f); “Renova presta contas e diz ter pago R\$ 8,3 milhões a Prefeitura” (Ponto Final, 2018j); “Vereador e Presidente da Renova ressaltam importância do investimento na educação” (Ponto Final, 2018j), entre outras. Nesse ano, o destaque na capa de títulos de notícias que falavam sobre as consequências do rompimento ou da mineração aparece em: “Atingida pela Barragem participa do programa ‘Encontro’ da Rede Globo” (Ponto Final, 2018b); “Retorno da Samarco parece cada vez mais longe da realidade” (Ponto Final, 2018h); e “Moradores recebem água barrenta em distrito” (Ponto Final, 2018n).

Entre 2019 e 2024 o número de destaques na capa diminui. Em 2021, ano com menos capas, os destaques são: “Governador diz ‘Renova não tem interesse em resolver danos em Mariana’” (Ponto Final, 2021a); “Contas da Fundação Renova foram rejeitadas pelo MPMG” (Ponto Final, 2021b); “Renova atrasa reassentamento e pode ser multada em 1 milhão por dia” (Ponto Final, 2021c); “MP cobra R\$ 2,5 bi para atingidos pelo rompimento da barragem” (Ponto Final, 2021g). Ainda que, conforme mencionado, as capas não sigam necessariamente critérios de noticiabilidade para hierarquização das informações, a diminuição dos destaques

nas capas indica também uma perda do valor-notícia relacionado ao tema. Assim, para o *Ponto Final*, com o passar dos anos após o rompimento da barragem, os temas relacionados à mineração foram perdendo valor nas capas das edições.

Por esses motivos elencados, as capas do *Ponto Final* observadas não configuravam um bom filtro de seleção do material de análise. Com isso, foi adotado o procedimento de busca de palavras-chaves (mineração, rompimento, atingidos, Samarco, Vale, Bento Rodrigues, Paracatu, reassentamentos, Fundão, minério, CFEM [imposto de compensação financeira pela exploração de recursos minerais], mineradoras, entre outras) em cada uma das edições publicadas durante esse período, para identificar quais matérias pautavam o tema de interesse desta pesquisa. A partir disso, foram registradas todas as ocorrências e, assim, chegamos ao recorte final da pesquisa, embasado nos temas de maior recorrência dentre as matérias.

A partir da observação das matérias presentes nas edições de 2016 a 2024, notou-se que três eixos temáticos são reiterados pelo jornal: 1) a dependência econômica da cidade para com a mineração; 2) a reparação pelo rompimento da barragem de Fundão; 3) as benfeitorias que as mineradoras exercem no território. Esses assuntos se repetem e se mesclam, em notícias e acontecimentos diferentes, mas construídos dentro de chaves de leituras similares. Assim, foram lidas e analisadas sessenta e oito matérias com base nas codificações apresentadas na seção anterior, listadas abaixo (quadro 3).

Serão analisadas ênfases, seleções e saliências construídas com apoio de escolhas textuais (metáforas, verbos, chavões, denominações e termos qualificadores) (Entman, 1991; Matthes e Kohring, 2008; Bavaresco, 2017); escolhas e discursos das fontes consultadas pelo jornal nas matérias (Bavaresco, 2017; Rizzotto et al, 2017; Nathansohn, et al, 2019); e aspectos próprios do jornalismo impresso como: página da publicação, posição na página, título e subtítulo, autoria do texto, elementos do lead (Nathansohn, et al, 2019), somados a aspectos do valor-notícia do acontecimento, conforme Silva (2005).

Quadro 3- Matérias selecionadas para análise			
DATA	EDIÇÃO	TÍTULO DA MATÉRIA	EIXO TEMÁTICO
janeiro de 2016	1032	“Não somos mendigos, pedintes e nem desonestos”	Reparação pelo rompimento da barragem de Fundão
fevereiro de 2016	1035	“Samarco: uma empresa mãe”	Reparação pelo rompimento da barragem de Fundão

maio de 2016	nº 1048	Paracatu e Bento Rodrigues têm processo para tombamento aberto	Reparação pelo rompimento da barragem de Fundão
junho de 2016	nº 1052	Após tragédia, Vale adulterou dados sobre lama em barragem, diz jornal	Reparação pelo rompimento da barragem de Fundão
julho de 2016	nº 1059	“Justiça Sim, Desemprego Não” exige vagas para marianenses	Dependência econômica da cidade para com a mineração
setembro de 2016	nº 1066	Famílias de Paracatu de Baixo elegem terreno de Lucila para reconstrução do distrito	Reparação pelo rompimento da barragem de Fundão.
outubro de 2016	nº 1073	Não apoiaremos manifestação contra a Samarco, afirma Bruno Mol	Dependência econômica da cidade para com a mineração
novembro de 2016	nº 1074	Prefeito Duarte desconhece ato de protesto contra a Samarco	Dependência econômica da cidade para com a mineração
novembro de 2016	nº 1077	Samarco divulga balanço de ações após o rompimento de barragem	Reparação pelo rompimento da barragem de Fundão
novembro de 2016	nº 1077	Prefeito Duarte Júnior anuncia redução de gastos com custeio e pessoal	Dependência econômica da cidade para com a mineração
dezembro de 2016	nº 1081	BHP e Vale dão fim a impasse sobre retomada da Samarco	Dependência econômica da cidade para com a mineração
março de 2017	nº 1093	Prefeitura inaugura nova unidade de saúde	Benfeitorias das mineradoras no território
março de 2017	nº 1095	Prefeito nega licença à Samarco e pode atrasar volta da mineradora	Dependência econômica da cidade para com a mineração
abril de 2017	nº 1096	Desemprego atinge 13 mil pessoas e atinge novo recorde de Mariana	Dependência econômica da cidade para com a mineração
maio de 2017	nº 1102	Fundação Renova deverá criar 2 mil postos de trabalho até 2018	Benfeitorias das mineradoras no território
maio de 2017	nº 1103	Retorno da Samarco pode gerar 14 mil novos empregos	Dependência econômica da cidade para com a mineração
maio de 2017	nº 1104	“Queremos voltar a operar”	Dependência econômica da cidade para com a mineração
julho de 2017	nº 1109	“Mariana comemora 321 anos”	Dependência econômica da cidade para com a mineração

julho de 2017	nº 1111	Atingidos pela barragem fazem manifestação e fecham rodovia	Reparação pelo rompimento da barragem de Fundão
outubro de 2017	nº 1123	Fundação Renova é duramente criticada em reunião da Câmara	Reparação pelo rompimento da barragem de Fundão
novembro de 2017	nº 1126	“O que são dois anos?”	Reparação pelo rompimento da barragem de Fundão
novembro de 2017	nº 1128	Mineradora já obteve aval da prefeitura	Dependência econômica da cidade para com a mineração
novembro de 2017	nº 1128	Dois anos depois, atingidos ainda não foram indenizados	Reparação pelo rompimento da barragem de Fundão
novembro de 2017	nº 1130	Normas para reassentamento de Bento são discutidas em audiência	Reparação pelo rompimento da barragem de Fundão
junho de 2018	nº 1157	Samarco não retorna por falta de interesse da Vale e BHP, diz prefeito	Dependência econômica da cidade para com a mineração
agosto de 2018	nº 1164	Retorno da Samarco cada vez mais longe da realidade	Dependência econômica da cidade para com a mineração
janeiro de 2018	nº 1137	Fundação Renova realiza 2ª Edição do "Conexão Férias"	Benfeitorias das mineradoras no território
março de 2018	nº 1144	Aqui não tem circo, nem palhaço	Reparação pelo rompimento da barragem de Fundão
maio de 2018	nº 1151	Renova lança fundo de R\$ 55 milhões para atrair empresas para Mariana	Benfeitorias das mineradoras no território
maio de 2018	nº 1152	Alvará para instalação do canteiro de obras de Bento Rodrigues é emitido	Reparação pelo rompimento da barragem de Fundão
junho de 2018	nº 1157	Samarco não volta por falta de interesse da Vale e da BHP.	Dependência econômica da cidade para com a mineração
agosto de 2018	nº 1164	Retorno da Samarco cada vez mais longe da realidade	Dependência econômica da cidade para com a mineração
agosto de 2018	nº 1165	Celebração marca início das obras de Bento Rodrigues	Reparação pelo rompimento da barragem de Fundão
agosto de 2018	nº 1167	Movimento dos Atingidos por Barragens realizam protesto em Barra Longa	Reparação pelo rompimento da barragem de Fundão

setembro de 2018	nº 1171	Projeto de reconstrução de Paracatu de Baixo é aprovado	Reparação pelo rompimento da barragem de Fundão
novembro de 2018	nº 1178	3 anos de luta	Reparação pelo rompimento da barragem de Fundão
fevereiro de 2019	nº 1189	A reconstrução de Paracatu de Baixo está cada vez mais próxima	Reparação pelo rompimento da barragem de Fundão
fevereiro de 2019	nº 1189	A reconstrução de Paracatu de Baixo está cada vez mais próxima	Reparação pelo rompimento da barragem de Fundão
fevereiro de 2019	nº 1189	Garimpeiros e pescadores realizam manifestação em frente a Fundação Renova	Reparação pelo rompimento da barragem de Fundão
abril de 2019	nº 1197	Decreto de calamidade financeira dura menos de quatro dias	Dependência econômica da cidade para com a mineração
abril de 2019	nº 1198	A Renova é o que há de pior, é o esgoto do poder	Reparação pelo rompimento da barragem de Fundão
junho de 2019	nº 1208	Licenças para retorno das atividades da Samarco podem sair no fim do mês	Dependência econômica da cidade para com a mineração
julho de 2019	nº 1212	Investimento de R\$ 100 milhões será repassado para o município	Benfeitorias das mineradoras no território
outubro de 2019	nº 1225	Primeiras paredes já surgem no novo Bento	Reparação pelo rompimento da barragem de Fundão
novembro de 2019	nº 1228	Quatro anos de Fundão: data é marcada por manifestações e atraso nas obras do reassentamento	Reparação pelo rompimento da barragem de Fundão
novembro de 2019	nº 1230	Comunidade da Figueira é premiada na sétima edição do Programa Valorizar	Benfeitorias das mineradoras no território
fevereiro de 2020	nº 1240	Fundação Renova realiza Monitoramento hídrico em período chuvoso de 2020	Benfeitorias das mineradoras no território
maio de 2020	nº 1255	Nova sede da CAPSij é inaugurada em Mariana	Benfeitorias das mineradoras no território
fevereiro de 2021	nº 1291	Prefeito faz visita ao Complexo de Germano na Samarco	Benfeitorias das mineradoras no território
março de 2021	nº 1294	Renova atrasa reassentamento e pode ser multada em 1 milhão por dia	Reparação pelo rompimento da barragem de Fundão
abril de 2021	nº 1298	Mineradoras realizam doação de UTI móveis após pedido do município	Benfeitorias das mineradoras no território

agosto de 2021	nº 1316	Samarco alcança produção de 4,4 milhões de toneladas de minério de ferro	Dependência econômica da cidade para com a mineração
setembro de 2021	nº 1320	Samarco conquista 1º lugar no prêmio “Lugares Incríveis para Trabalhar”	Benfeitorias das mineradoras no território
janeiro de 2022	nº 1341	Programa criado pela Samarco promove melhoria em comércio local	Benfeitorias das mineradoras no território
maio de 2022	nº 1356	Samarco alcança a produção de 10 milhões de toneladas de pelotas e finos de minério	Dependência econômica da cidade para com a mineração
outubro de 2022	nº 1380	Distrito Empresarial será implantado após repasse de 14,7 milhões da Renova	Benfeitorias das mineradoras no território
dezembro de 2022	nº 1388	Samarco: Mais de 7,5 milhões de toneladas foram produzidas	Dependência econômica da cidade para com a mineração
fevereiro de 2023	nº 1397	Tragédia de Mariana: Renova anuncia mais R\$ 8,1 bi para atingidos	Reparação pelo rompimento da barragem de Fundão
março de 2023	nº 1402	Plano de ação para entrega de Paracatu é assinado pelo município e Renova	Reparação pelo rompimento da barragem de Fundão
maio de 2023	nº 1407	Chaves de casas no Novo Bento começam a ser entregues a famílias	Reparação pelo rompimento da barragem de Fundão
agosto de 2023	nº 1421	Renova e Funbio impulsionam pesquisa e conservação do Rio Doce	Benfeitorias das mineradoras no território
agosto de 2023	nº 1422	Novo decreto concede aumento de percentual da CFEM para 1500 municípios	Dependência econômica da cidade para com a mineração
agosto de 2023	nº 1424	Câmara Municipal recebe representantes das mineradoras e Fundação Renova	Dependência econômica da cidade para com a mineração
outubro de 2023	nº 1430	Samarco é reconhecida como empresa líder em práticas de trabalho	Benfeitorias das mineradoras no território
dezembro de 2023	nº 1438	Fórum em Mariana abre caminho para diversificação econômica	Dependência econômica da cidade para com a mineração
julho de 2024	nº 1468	Moradores do Novo Bento enfrentam desafios e reivindicam melhorias	Reparação pelo rompimento da barragem de Fundão
outubro de 2024	nº 1480	Mariana anuncia R\$80 milhões para infraestrutura e patrimônio	Benfeitorias das mineradoras no território
outubro de 2024	nº 1483	Acordo bilionário para reparação dos danos de Mariana será fechado ainda em outubro	Reparação pelo rompimento da barragem de Fundão

novembro de 2024	nº 1484	Programa beneficia propriedades atingidas pelo rompimento da barragem	Benfeitorias das mineradoras no território
novembro de 2024	nº 1485	tragédia de Mariana completa 9 anos: Luta por justiça e recuperação ainda persiste	Reparação pelo rompimento da barragem de Fundão

Fonte: elaborado pela autora

7. Notícias sobre mineração no *Ponto Final*

7.1 A minério-dependência estampada no jornal

O recorte inicial desta pesquisa é o ano de 2016. Nesse momento, pós-rompimento de Fundão, a cidade de Mariana viveu um momento de recessão econômica, causado pela paralisação da operação da Samarco, retomada em 2020. Diante desse cenário, as pautas do *Ponto Final* tematizam esse contexto de desemprego, calamidade pública e impossibilidade de retorno das atividades minerárias.

Na edição nº 1059, um dos destaques foi a manchete “Justiça sim, desemprego não exige vagas para marianenses” (Ponto Final, 2016g). A matéria noticiou uma manifestação em busca de justiça para os trabalhadores locais, que ocorreu no dia 18 de julho de 2016, na saída da cidade. Antes do *lead* da matéria, é apresentado para o leitor um contexto sobre o problema:

A cidade de Mariana enfrenta uma situação crítica no que diz respeito ao desemprego. Além da crise que já afeta todo o país, o rompimento da Barragem de Fundão, da empresa Samarco no dia 5 de novembro, fez com que os trabalhadores locais perdessem parte significativa do efetivo de emprego na cidade. Desde então, o movimento de trabalhadores “Justiça Sim, Desemprego Não”, busca soluções para melhorar a situação dos desempregados (Ponto Final, 2016g, p.7).

O texto é construído a partir do relato de Israel Lucas da Silva, líder do movimento e ex-funcionário da Vale. As ações associadas a ele o legitimam como representante da classe de trabalhadores afetados pela crise econômica, e validam o dado de 12 mil desempregados que ele apresenta, sem citar fontes. O *Ponto Final* não tensiona as afirmações feitas por Israel, e ainda seleciona trechos de sua fala para subtítular a matéria: “Movimento quer criar lei que obrigue empresas a ficharem 70% do efetivo com mão de obra local” (Ponto Final, 2016g,

p.7), enfatizando a proposta. A seleção de pautar esse protesto, que conforme a matéria, teve pouca adesão, serviu para apoiar o enquadramento que insere o desemprego como a maior consequência do rompimento da barragem de Fundão.

A concessão de espaço no jornal para essa opinião inicia a construção de uma ideia recorrente nas próximas matérias do *Ponto Final*, que quando comparadas permitem a observação da formação de um enquadramento comum. A chave de leitura construída pelo jornal valoriza a atividade mineradora, deslegitima as decisões judiciais que impedem o retorno e aponta o regresso da Samarco como recomendação de tratamento para os problemas financeiros da cidade.

Essa mesma construção aparece em outras matérias. Na edição nº 1077, na matéria “Prefeito Duarte Júnior anuncia redução de gastos com custeio e pessoal”, publicada em 25 de novembro de 2016, o rompimento não é diretamente mencionado, e a atribuição de causa é a queda de arrecadação do imposto de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, (CFEM), afetada pela impossibilidade de operação da Samarco. São atribuídas ao representante do poder Executivo as ações de “anunciar” e “explicar” as demissões como necessárias para “amenizar a atual situação que assola a economia de Mariana devido à brusca redução de impostos como o CFEM” (Ponto Final, 2016h). E o texto enfatiza: “O prefeito ainda frisou a importância da ação de enxugar os custos da máquina pública para evitar cortes na saúde, na educação e no assistencialismo, serviços essenciais para a população” (Ponto Final, 2016h, p.6).

Na semana anterior à data do primeiro ano do crime, foi notícia e destaque na edição nº 1073 a matéria intitulada “Não apoiaremos manifestação contra a Samarco, afirma Bruno Mol” (Ponto Final, 2016i). Na editoria de “cidades” a fala do vereador Bruno Mol em Reunião Ordinária realizada na Câmara Municipal foi assunto. Na ocasião, fazendo o uso da palavra livre, Mol pede o apoio do Legislativo e da sociedade civil para boicotar a manifestação que estaria sendo organizado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). O vereador é a única fonte citada, e o chapéu da matéria é “pedido”, antecedendo a linha fina “Vereador solicita que a população não participe de manifestação contra a empresa Samarco na data que completará um ano da tragédia” (Ponto Final, 2016i).

O *lead* da notícia é construído em cima das alegações do vereador, o texto insere a condicionante “possível protesto” e não é apurado e nem dado o direito à fala a nenhum representante do MAB. A fala do vereador é transcrita e qualificada como “desabafo”, e não há contraposições para as afirmações categóricas de Bruno Mol, como: “nós não vamos apoiar “poetas sem serviço” em uma manifestação sem fundamento que tem o único objetivo

de prejudicar não somente a Samarco, mas a todos nós marianenses” (Ponto Final, 2016i, p.5). Bruno Mol fala no plural e generaliza o discurso, enfatizando sua posição de que a “Samarco tem cumprido seu papel e honrado seus compromissos” e “O MAB não sabe o que uma empresa como a Samarco significa para nós” (Ponto Final, 2016i p.5).

Esse assunto é pautado novamente na edição seguinte (nº 1074), em uma entrevista especial de uma página inteira com o prefeito Duarte Junior: “Prefeito Duarte desconhece ato de protesto contra a Samarco” (Ponto Final, 2016j). As respostas de Duarte são transcritas na íntegra, inclusive com seus trejeitos de fala, e no abre o *Ponto Final* seleciona qual a informação mais importante da entrevista e enquadra o texto dentro do viés econômico, destacando que o chefe do Executivo municipal reforça a importância da volta do aquecimento da economia marianense (Ponto Final, 2016j).

Uma das perguntas para o prefeito foi inserida no texto como “Questionado sobre a possibilidade de protesto contra a Samarco na data que completará um ano da tragédia, afirmou: “Eu jamais seria contra o retorno da SAMARCO (Ponto Final, 2016j, p.3). Todos nós sabemos da responsabilidade dela e isso nós vamos cobrar”, e em seguida, uma aspa de sua fala é colocada em destaque no texto: “Uma coisa é ela ser responsabilizada pelo o que provocou, outra coisa é querer ir contra a SAMARCO” (Ponto Final, 2016j, p.3). A retomada desse assunto, e a qualificação da manifestação como “contra a Samarco”, evidencia uma escolha do *Ponto Final*, que optou por levar adiante o enquadramento proposto pelas falas de Bruno Mol na edição anterior.

A dissociação entre a necessidade de responsabilizar a Samarco e mesmo assim permitir que ela opere é frequente nos textos do jornal. Não há problematização sobre o que deveria ser a responsabilização e o crime é nomeado como “tragédia”. Em poucos casos a quantidade de vítimas é lembrado.

O retorno da Samarco é o tema mais frequente dentro do recorte analisado. Ao longo dos cinco anos que precedem a volta das atividades da mineradora, diversas expectativas de data foram noticiadas pelo jornal. Em dezembro de 2016, em “BHP E Vale dão fim a impasse sobre retomada da Samarco”, uma matéria da *Gazeta Online* é replicada e publicada na edição nº 1081 (Ponto Final, 2016m). Mesmo que esse texto não seja assinado pela equipe do *Ponto Final*, as ênfases e destaques da matéria que projetam um “futuro sustentável para a Samarco” e uma mineração “diferente e segura”, também aparecem em outras matérias publicadas nos anos seguintes (Ponto Final, 2016m).

Em maio de 2017, a edição nº 1095 destacou na capa e no interior a matéria “Impasse com prefeito pode atrasar a volta da Samarco” (Ponto Final, 2017b). A matéria problematiza a

decisão do prefeito de Santa Bárbara, município de Minas Gerais que também possui sede da Samarco, de não liberar o retorno das atividades da mineradora, antes que seja entregue o licenciamento ambiental de estudo hídrico da região (Ponto Final, 2017b). No texto, Mariana não é citada, mas o enquadramento proposto insere como responsabilidade do prefeito de Santa Bárbara a “situação temerária” causada ao financeiro da Samarco que está impedida de operar (Ponto Final, 2017b). O texto constrói a sensação de medo do que aconteceria caso a mineradora entrasse em falência, e qualifica o ocorrido como “20 mil desempregados à mercê da vontade política do prefeito”, retomando a situação de Mariana.

Na mesma edição, o jornal publicou uma entrevista com o então prefeito de Santa Bárbara, Leris Braga. A entrevista foi conduzida por Rômulo Passos e pelo vice-presidente da Câmara de Mariana, Deyvison Ribeiro (Ponto Final, 2017b). No *lead* da notícia é explicada a razão da entrevista como a tentativa do prefeito de explicar a sua versão no impasse com a Samarco, “ele vem sendo acusado de impor exigências que poderão atrasar o retorno das operações da mineradora, cujas atividades estão paralisadas a mais de 15 meses” (Ponto Final, 2017b). A diagramação inseriu essa matéria intitulada “Prefeito explica impasse com mineradora” na mesma página do texto anterior, que criticava a conduta do chefe do Executivo da cidade vizinha. No texto, é enfatizada a tentativa de Deyvison Ribeiro de “intermediar o impasse”, inserindo o *Ponto Final* como espaço de debate político e resolução de conflitos. Para finalizar a entrevista, o jornal seleciona uma fala de Leris Braga, agradecendo o “diálogo verdadeiro que estou tendo oportunidade de ter com o *Ponto Final Online* e com o vereador Deyvison Ribeiro” (Ponto Final, 2017b).

Esse problema aparece como pauta nas edições seguintes até o final do ano, inserindo adversativas nas matérias que falam sobre a possibilidade de retorno da Samarco, como por exemplo em “Após dois anos parada, Samarco pode voltar a operar em 2018” em que são relatados os planos de retorno da mineradora de gerar empregos e aumentar a exportação de minério de ferro, e que encerra com “a finalização do estudo depende da anuência das prefeituras de cinco municípios que estão no entorno do complexo industrial da empresa Quatro já concederam, menos o município de Santa Bárbara (Ponto Final, 2017k).

Em junho do mesmo ano, a seção de opinião da edição nº 1104 abriu espaço para o editorial “Queremos voltar a operar”, escrito pelo diretor-presidente da Samarco à época, Roberto Carvalho (Ponto Final, 2017g). Na publicação, o autor ressalta o compromisso da empresa com a reparação e explica que sem a liberação de Santa Bárbara serão necessárias demissões de cerca de 20 mil trabalhadores: “Isso pode gerar falta de perspectiva nas pessoas e nas empresas, provocando a necessidade de mudanças geográficas, reduzindo a circulação

de riquezas e dificultando o desenvolvimento das comunidades” (Ponto Final, 2017g). A publicação deste editorial em tom de ameaça marca uma posição do *Ponto Final* na tentativa de gerar *frames* que avaliem moralmente a conduta da Samarco, como positiva, e de quem tente impedir o retorno, como negativa. Na edição nº 1109, Rômulo Passos também clama pelo retorno da mineradora no editorial que marca os 321 anos do município.

“Presente mesmo seria receber uma caixinha de laço bonito com a notícia da retomada das atividades da Samarco. Enquanto não recebemos nosso presente e nem a fada madrinha atende nosso pedido, vida longa à Mariana (na medida do possível) (Ponto Final, 2017i p.2)

O desemprego em Mariana é assunto nas edições. Na de nº 1096, por exemplo, aparece em “Desemprego atinge 13 mil pessoas e atinge novo recorde em Mariana”, que traz dados sobre a busca por mercado de trabalho a partir da fala do diretor da sede marianense do Sistema Nacional de Empregos (SINE). Após problematizar a questão, o diretor enfatiza que o retorno da Samarco seria a única solução para a alta demanda (Ponto Final, 2017c).

A mesma construção argumentativa aparece em “Estudo diz que retomada da Samarco pode gerar 14 mil novos empregos” (edição nº 1103). Essa notícia é construída a partir de entrevistas independentes concedidas a outros portais de notícias, reproduzidas juntas pelo *Ponto Final*. O estudo em questão foi contratado pela BHP Billiton e foi explicado pelo coordenador da pesquisa ao jornal *O Tempo*, corroborando com a fala do prefeito Duarte Jr. concedida à *Agência Brasil* que afirmava que “a mineração continua sendo a solução para a crise econômica da cidade” (Ponto Final, 2017f).

Entre os anos de 2016 e 2019 (ano anterior ao retorno definitivo das atividades da Samarco), esse “vai e vem” entre decisões judiciais, declarações do poder executivo e das mineradoras esteve presente na maioria das edições. O valor informativo dessa repetição é nulo, uma vez que os textos tratam sempre do mesmo assunto, com os mesmos argumentos. No entanto, com o decorrer do tempo, o *Ponto Final* constrói novos responsáveis pelo atraso na retomada.

Publicada em junho de 2018, a matéria “Samarco não volta por falta de interesse da Vale e da BHP, diz prefeito” é destaque na edição nº 1157 (Ponto Final, 2018g). A notícia é pautada em uma afirmação feita por Duarte Júnior a quem são atribuídas as ações de “afirmar”, “informar”, “pontuar”, legitimando sua fala sem nenhuma contradição ou apuração. O prefeito cita o valor das ações da Samarco e acusa a Vale de tentativa de desvalorização para venda das ações da mineradora em um mercado mais favorável (Ponto

Final, 2018g). Já na edição nº 1164, em o “Retorno da Samarco cada vez mais longe da realidade”, uma entrevista com o presidente da Vale repete a informação já noticiada com frequência de que para o retorno acontecer é preciso que os licenciamentos dos órgãos ambientais sejam despachados. A diferença nessa matéria é a ênfase dada ao lucro que a Vale está obtendo no momento, afirmando que o lucro da mineradora quintuplicou (Ponto Final, 2018h).

Em 2020, a mineradora Samarco conseguiu autorização para voltar a operar. As publicações seguintes enfatizam as mudanças feitas pela empresa para gerar uma “mineração sustentável”, e mesmo que o rompimento de Fundão não seja diretamente mencionado, o texto constrói o sentido de que a mineradora deseja se redimir de seu “erro”. Na edição nº 1316, publicada em agosto de 2021, a matéria “Samarco alcança produção de 4,4 milhões de toneladas de minério ferro” comemora os feitos da empresa e dá voz ao gerente de marketing que fala em nome da mineradora sobre o “novo modelo de produção” que focaria na segurança e na sustentabilidade (Ponto Final, 2021e).

Citada como um sujeito ativo, a Samarco recebe as ações de “atingiu”, “embarcou”, “iniciou”, “emprega”, “retomou”, “se empenhou”. A produção é quantificada no texto como “4,4 milhões de toneladas”, “a empresa embarcou 47 navios com destino a vários países”, e o resultado da Samarco é avaliado moralmente como positivo: “a empresa emprega mais de 6 mil pessoas, direta e indiretamente, nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, além de atuar com 1.533 fornecedores” (Ponto Final, 2021e).

Em 2022, o faturamento da Samarco também foi notícia: “Samarco alcança a produção de 10 milhões de toneladas de pelotas e finos de minério” (Ponto Final, 2022b). A notícia elenca a quantidade da produção e afirma que com “novas tecnologias e inovação cultural” a empresa se tornou mais consciente e sustentável (Ponto Final, 2022b). Também é ressaltado pela Samarco a responsabilidade social que a empresa tem pelos territórios onde atua. O rompimento não é citado e aparece diante de tantos ganhos da empresa um problema passado e distante, ainda que seja subentendido como o pano de fundo que suscita a alegada transformação da mineração da Samarco em um modelo sustentável, mas o jornal não realiza essa conexão causal ou contextual.

7.2. A Reparação pelo rompimento da barragem de Fundão

Em março de 2016, ano seguinte ao rompimento da barragem de Fundão, foi firmado o primeiro Termo de Ajustamento de Conduta- TTAC entre o Governo Federal, Samarco, Vale, BHP Billiton e os municípios atingidos pelo crime. Entre os acordos firmados, ficou estipulada a criação da Fundação Renova (entidade sem fins lucrativos, mantida pelas mineradoras responsáveis, que deveria gerir os processos de reparação) e foram firmados compromissos de recuperação do meio ambiente, da construção de reassentamentos e demais formas de indenização individual e coletiva pelos danos causados (Governo Federal, 2024).

Esse primeiro ano após o crime foi marcado por duas decisões judiciais importantes para o caso: a suspensão das licenças ambientais da Samarco de operação no Complexo de Germano (local onde haviam as operações na barragem de Fundão) em agosto de 2016; e aceitação pelo Ministério Público da denúncia contra vinte e dois réus pelas mortes e consequências do crime (Governo Federal, 2024). No jornal *Ponto Final* esses acontecimentos não foram pauta.

Na edição nº 1032, em janeiro de 2016, Mônica Santos, moradora de Bento Rodrigues, distrito tomado pela lama de rejeitos da Samarco, escreveu um editorial no jornal. Com o título “Não somos mendigos, pedintes e nem desonestos”:

Gostaria de estar escrevendo este texto somente para agradecer a solidariedade de milhares de pessoas que nos ajudaram estes momentos difíceis de nossas vidas, e dizer que estamos pedindo a Deus que abençoe a todos. Mas infelizmente tenho que questionar pessoas como o Sr. José Fausto e deixar bem claro que nós da comunidade destruída de Bento Rodrigues, não somos mendigos pedintes e nem desonestos, somos pessoas que vivíamos em uma comunidade, trabalhamos para conquistar nossas coisas, éramos pobres, humildes, vivíamos em casas simples com pouca mobília como ele diz em seu belo texto, mas era tudo construído com muito sacrifício, com anos e anos de luta, cada coisa nova que a gente tinha era uma vitória. Gostaria que antes de nos julgar ele se colocasse por um momento em nosso lugar. Imagine Sr. José o senhor ter que sair da casa onde passou toda a sua vida e ter menos de 10 min para fugir da morte sem ter como e nem tempo para pegar suas economias da vida inteira escondida em algum lugar de sua casa, uma foto de seus parentes falecidos, um quadro da parede, uma roupa que o Sr. Mais gostava, ou seja, não ter tempo de nada a não ser correr, deixando para trás não só suas coisas, mas também seu cachorro amarrado atrás da casa, seu passarinho na gaiola, etc. Tentando salvar sua vida, ajudando seus vizinhos e sendo ajudado por eles, pense no nosso desespero, vendo toda nossa história, nossa vida, tudo ser soterrado, não ter como ajudar nossos amigos que perderam a vida, imagine o Sr. Ter tudo e de repente não ter nada. Não tem Sr. José Fausto dinheiro nenhum no mundo que pague o que passamos o que perdemos, e ainda ter que ouvir pessoas dizendo que somos culpados que estamos explorando, que temos casas melhores que as nossas, pois o Sr. Pode ter certeza que nós só queremos a nossa vida de volta o que nos foi arrancado com tamanha crueldade. É muito triste sair aqui nas ruas e encontrar nossos vizinhos, estamos todos perdidos e desorientados, os idosos que só vinham na cidade

uma vez por ano para revalidar a senha de seus benefícios estão adoecendo de tristeza por ficarem presos em belos apartamentos e mansões como estão dizendo por aí, pois preferiam estar em suas casas pobres com pouca mobília como diz, com a sua vida sua horta, seu pomar seu espaço. Não sei escrever bonito com o Sr. Pois não tive oportunidade de estudar e só tenho o ensino médio, mas tenho alma coração e sentimento. (Ponto Final, 2016a, p.2).

No mês seguinte, o *Ponto Final* cede espaço para outro texto na seção de “Opinião”, foi publicado “Samarco: uma empresa mãe”, assinado por um autor de fora do jornal:

“Só é criminoso quem quer; trata-se de uma escolha.” Essa afirmativa serve para escândalo de muitos. As mídias escritas e faladas ficam furiosas. Como sempre, falam antes e pensam depois. Elas são incapazes de entender o homem como um ser dotado de vontade, apto para fazer opções, equipado para distinguir o bem do mal.

Nós, os marianenses sabemos das tolices, bobagens e idiotice dos comentários da mídia escrita e falada sobre a Samarco, a respeito das assistências dados ao pessoal do distrito de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e outras localidades atingidas, como também sabemos dos aproveitadores e abusadores que estão tirando proveitos da própria desgraça, usurpando a Empresa .

Para que faça uma comparação, analise o que aconteceu em 14/11/20 no estado do Rio de Janeiro e de São Paulo no verão de 1967. “Nova Friburgo é o município mais atingido na região serrana do Rio de Janeiro [...] A chuva que se abateu sobre a região serrana do Rio de Janeiro nesta semana produziu superlativos inglórios. Na noite desta quinta-feira, a contagem do número de mortos ultrapassou as 436 vítimas registradas nas enchentes de Caraguatatuba, São Paulo, no verão de 1967. [...]

Há ainda cerca de 14 mil pessoas sem teto, segundo dados do governo do Rio de Janeiro. São pessoas que estão lotadas em abrigos, mas não podem voltar para suas casas seja porque elas estão em áreas impossíveis de serem acessadas, seja porque elas foram simplesmente destruídas pela chuva.

A população de áreas atingidas pelas fortes chuvas no país poderá pedir a liberação de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a partir desta sexta-feira. Além disso, os beneficiários do seguro-desemprego que vivem nessas áreas receberão nos próximos dias - de forma automática - duas parcelas adicionais do auxílio. Outras medidas imediatas do governo federal são a liberação do Aluguel Social e do Benefício da Prestação Continuada e a antecipação do Bolsa-Família para os beneficiários.

Agora veja a diferença de assistências entre a SAMARCO e dos estados do Rio de Janeiro. Em 24 horas após o acidente, todo o pessoal já estava em hotéis.*Que até o dia 17/12/2015 todos já estavam morando em casas alugadas pela Samarco, inclusive mobiliada.*Que com o objetivo de oferecer uma alternativa às pessoas que perderam sua fonte de renda temporariamente, a Samarco entregou Cartões de auxílio financeiro às famílias de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Pedras, Camargos, Ponte do Gama e Campinas, distritos de Mariana-MG.

Uma coisa é certa: As comunidades atingidas estão bem melhor que muitas famílias da sede de Mariana. O pior é que já está tendo abusos, pessoas que moravam aqui se dizem moradores de Bento Rodrigues para ganharem habitações e as assistências da Samarco.

A mídia brasileira, tanto a escrita quanto a falada, carentes de boas notícias, só informam tolices, disparates e conversas fiadas.

E a nossa justiça não nos dá segurança, (nossa polícia prende e ela solta) chegando ao ponto de um Desembargador mandar soltar um chefe criminoso, pego com duas toneladas de drogas, tenta inviabilizar o funcionamento da Samarco, aplicando multa daqui e dali. É melhor pensar antes para não prejudicar o povo de Mariana e falar depois.” (Ponto Final, 2016c, p.2).

Esse tipo de ideia não é diretamente legitimado pelo *Ponto Final*, mas o editorial de Mônica foi o único escrito por atingidos nos nove anos analisados por esta pesquisa. Como mostrado na seção anterior, esse espaço de opinião é usado tanto pelo proprietário Rômulo Passos quanto por outras pessoas interessadas. Nas matérias analisadas nesta subseção que trata sobre os processos de reparação pelo rompimento, em apenas seis os atingidos tomam a palavra, e em duas dessas situações, são intermediados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que fala pelos atingidos, e o jornal não cita ao menos, o nome do representante.

A reparação é pauta no *Ponto Final* na figura dos reassentamentos. O processo de construção das moradias de “Novo” Bento e “Novo” Paracatu, como o jornal e a Renova denominam, é acompanhado desde a escolha do terreno até a entrega das chaves. Na edição nº 1045, publicada em abril de 2016, a Samarco publicou o anúncio publicitário “Seguir Trabalhando e informar o que está sendo feito”, em que informa sobre as medidas socioambientais que está realizando desde o rompimento (Ponto Final, 2016e). Na edição nº 1049, outra publicidade é veiculada ressaltando o compromisso da empresa em estabelecer diálogo com a comunidade atingida.

Figura 4 - Publicidade da Samarco publicada na edição nº 1045



Figura 5 - Publicidade da Samarco publicada na edição nº 1049



OUVIR AS PESSOAS E RECONSTRUIR.

A Samarco agiu imediatamente para minimizar os impactos do acidente e dar assistência às pessoas. Entre os esforços, está a acomodação das famílias em residências temporárias e a reconstrução das comunidades de Bento Rodrigues e de Paracatu. O processo de escolha dos terrenos será concluído nas próximas semanas e conta com a participação ativa da população, de acordo com os princípios de direitos humanos. As decisões tomadas por todos estão reconstruindo o lar de cada um.

> Números atualizados em 26/4/2016.

Conheça as etapas do processo de escolha dos terrenos:

1. A Samarco mapeia as áreas potenciais para a reconstrução.
2. De acordo com os padrões técnicos e os critérios estabelecidos pela comunidade, três opções de terreno são definidas e visitadas pelos moradores.
3. Apresentação dos estudos técnicos de cada terreno e definição dos critérios de votação para a escolha de um deles em assembleias com a comunidade.
4. Realização de **workshops** técnicos com a participação do poder público.
5. Auxílio na escolha por meio de cartilhas e de um filme em realidade virtual com informações sobre cada um dos terrenos.
6. Votação para a escolha do terreno pelas famílias impactadas.

Para saber mais e conhecer outras ações, acesse www.samarco.com.

FAZER O QUE DEVE SER FEITO.

ESTE É O NOSSO COMPROMISSO.

Outras ações de reconstrução:



Moradores de Gesteira aprovam proposta da Samarco para a reconstrução da Escola Municipal Gustavo Capinema.

Aproximadamente 400 obras sacras de Mariana e região estão sendo restauradas.

De 146 casas e estabelecimentos comerciais atingidos em Barra Longa, 82 já tiveram suas reformas concluídas e em outras 35 as obras já foram iniciadas.

SAMARCO

Central de Relacionamento: 0800 031 2303 | Ouvidoria: 0800 721 0717

O processo de construção dos reassentamentos foi noticiado pela primeira vez em 9 de setembro de 2016. No texto “Famílias de Paracatu de Baixo elegem terreno de Lucila para reconstrução do distrito” ninguém toma a palavra. A matéria não cita fontes para dar informações como “A área escolhida oferece topografia adequada, disponibilidade hídrica, facilidade de acesso a transporte público solo de qualidade para plantio e criação de animal” (Ponto Final, 2016h, p.4), e dizer que o terreno foi escolhido com mais 65% dos votos dos moradores. Além disso, as ações da Samarco são colocadas como verbos no futuro do presente, indicando certeza, como por exemplo em “A Samarco iniciará a discussão sobre o projeto arquitetônico e urbanístico, além dos padrões construtivo das moradias” e “A Samarco realizará a entrega do local, conforme definido em Acordo com os governos federal, de Minas Gerais e do Espírito Santo, até 2019” (Ponto Final, 2016h, p.4).

Em novembro de 2017, as normas para o reassentamento de Bento Rodrigues foram discutidas em uma audiência pública (Ponto Final, 2017o). A notícia sobre o acontecimento foi publicada com o chapéu “esclarecimentos” e linha fina “os participantes puderam tirar dúvidas sobre o projeto e sugerir mudanças” e o *lead* indicou a participação de representantes de autoridades locais, membros da Cáritas (assessoria técnica dos atingidos) e Fundação Renova. No texto, foi enfatizada a participação de 160 pessoas, criando a chave de leitura de que o processo de reparação foi conduzido pela Renova com participação popular (Ponto Final, 2017o).

Alguns meses depois, na edição nº 1152 já em 2018, foi emitido o alvará para início das obras de construção do reassentamento (Ponto Final, 2018e). A matéria que noticia esse acontecimento denomina a obra de reparação como “nova vila” e ressalta que será iniciada a fase de construção de uma “boa infraestrutura com pavimentação, drenagem, redes de esgoto e distribuição de água e energia”. Ninguém novamente toma a palavra no texto e a mesma construção verbal empregada à Samarco, agora é feita à Renova:

“A Fundação Renova informa que a Secretaria Municipal de Obras de Mariana concedeu o alvará para a implantação do canteiro de obras na área conhecida como Lavoura, terreno escolhido pela comunidade de Bento Rodrigues para a construção do novo distrito” (Ponto Final, 2018e, p.4).

Os textos publicados no *Ponto Final* sobre o tema possuem caráter institucional, com semelhanças de *releases* não sinalizados. Mesmo que sejam construídos como enquadramentos que indicam participação popular e cooperação entre Renova e atingidos, os futuros moradores que perderam antes disso, suas casas, modos de subsistência e por vezes entes queridos, não são consultados para a construção da narrativa. Na maioria das matérias sobre os reassentamentos a construção discursiva é institucional, e como mencionado, ninguém toma a palavra. Quando alguma citação de fonte é usada, são falas de membros do executivo ou da própria Fundação Renova.

No recorte temporal analisado diversas publicidades da Renova foram publicadas nas edições impressas do *Ponto Final*. Nelas, são apresentados os avanços da reparação e o comprometimento da entidade com o processo. Na figura 6 com o título “Rio Doce Vive” a Renova detalha os processos de recuperação ambiental nas águas do rio que poluiu com rejeitos tóxicos de mineração, e na figura 7 a Fundação qualifica os reassentamentos como “verdadeiras cidades”, e afirma que serão entregues com casas e equipamentos públicos, atribuindo uma narrativa positiva as suas ações. Em 2023, Samarco, Vale e BHP foram condenadas pelo Ministério Público Federal por uso indevido de R\$ 4,5 milhões, só naquele ano, de gastos com publicidade irregular de autopromoção (G1, 2023).

Figura 6: Publicidade da Renova publicada na edição nº 1215

O RIO DOCE VIVE:

nas ações de reparação
que geram resultados
para toda a Bacia.

A busca por soluções inéditas que aliam conhecimento, tecnologia e engajamento na reparação do rio Doce se traduz, hoje, em resultados que comprovam que as condições socioambientais da bacia estão sendo restabelecidas. Em continuidade à prestação de contas do processo que conduz ao longo de 670 quilômetros, a **Fundação Renova, organização responsável pela reparação dos danos do rompimento da barragem de Fundão, apresenta as evidências que atestam que o rio Doce recupera a saúde** - de seu leito, margens e entorno - e reage às ações realizadas em parceria com dezenas de comunidades, instituições de ensino e pesquisa, empresas, ONGs, poder público e sociedade. Conheça os principais dados.

Saúde do rio Doce

 É o rio mais monitorado do Brasil. São 92 pontos instalados ao longo dos cursos d'água impactados que indicam que a água do rio Doce pode ser consumida após tratada.

Segurança Hídrica

 13 Estações de Tratamento de Água reformadas e 9 sistemas de captação alternativa. Adutora de Governador Valadares: 35 km de tubulação em construção.

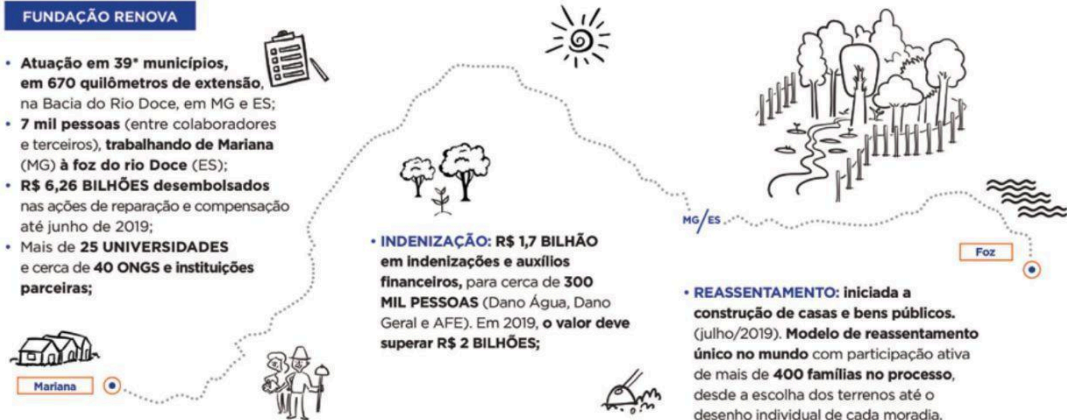
Biodiversidade

 Relatório da Fundação Pró-Tamar aponta que não há impacto na reprodução de tartarugas marinhas na foz do rio Doce.

- **Construção de estruturas de segurança** para contenção dos rejeitos remanescentes na barragem de Fundão;
- Mais de **1.500 hectares** de reconformação de margens, controle de erosão e obras de bioengenharia;
- **113 afluentes recuperados**;
- **40 mil hectares e 5 mil nascentes em recuperação**, em 10 anos, com **mais de 1 milhão de mudas** já utilizadas e o **envolvimento de 450 produtores rurais**;
- **R\$ 500 milhões destinados** para **projetos e obras de coleta, tratamento** de esgoto e aterros sanitários em **39 municípios**;
- **Acordo de cooperação técnica** internacional com a **UNESCO no Brasil**, para promoção do **desenvolvimento sustentável** de comunidades da Bacia do Rio Doce.

FUNDAÇÃO RENOVA

- **Atuação em 39* municípios**, em **670 quilômetros de extensão**, na Bacia do Rio Doce, em MG e ES;
- **7 mil pessoas** (entre colaboradores e terceiros), **trabalhando de Mariana (MG) à foz do rio Doce (ES)**;
- **R\$ 6,26 BILHÕES** desembolsados nas ações de reparação e compensação até junho de 2019;
- Mais de **25 UNIVERSIDADES** e cerca de **40 ONGS e instituições** parceiras;



- **INDENIZAÇÃO: R\$ 1,7 BILHÃO** em indenizações e auxílios financeiros, para cerca de **300 MIL PESSOAS** (Dano Água, Dano Geral e AFE). Em 2019, o valor deve superar **R\$ 2 BILHÕES**;
- **REASSENTAMENTO: Iniciada a construção de casas e bens públicos.** (julho/2019). **Modelo de reassentamento único no mundo** com participação ativa de mais de **400 famílias no processo**, desde a escolha dos terrenos até o desenho individual de cada moradia.

Acesse. Acompanhe. Participe. | fundacaorenova.org/dadosdareparacao

Nenhum recurso da reparação foi utilizado na veiculação deste anúncio. Todos os dados são auditados mensalmente e compartilhados com órgãos públicos. *O TTAC considera originalmente 39 municípios impactados, mas a Deliberação 58 do CIF, de 31 de março de 2017, delimitou novas áreas de abrangência socioeconômica em outras cinco comunidades, totalizando 44 municípios.



Figura 7: Publicidade da Renova publicada na edição nº 1325



“Mudou meu olhar para a natureza. Hoje sei identificar árvores, suas sementes e a importância de cada uma para o equilíbrio do ecossistema. Aprendi o que é restauração de fato. Sei que é um processo demorado que exige técnica e dedicação.”

Danila Moraes
etnia Tupiniquim, da aldeia
Córrego do Ouro (Aracruz/ES),
que integra a Rede de Sementes

Socioambiental
A restauração florestal da área diretamente atingida foi concluída com cobertura vegetal em índices comparados a novembro de 2015. Foram investidos **R\$ 356 milhões e plantadas mais de 300 mil mudas. A água do rio Doce pode ser consumida** após passar por tratamento convencional.

Construção de vilas
As obras **avanzaram com a construção de dezenas de casas e a conclusão da infraestrutura dos novos distritos.** O projeto dos reassentamentos se assemelha a erguer **verdadeiras cidades**, com equipamentos públicos, pavimentações das vias e redes de energia, água e esgoto.

**A reparação avança,
os resultados acontecem.**



A Fundação Renova tem compromisso com a transparência das informações sobre o processo de reparação. Acompanhe em fundacaorenova.org/dadosdareparacao

Reparar os danos à bacia do rio Doce é um trabalho de grandes proporções. Muitas soluções foram desenvolvidas do zero e graças à mobilização de milhares de pessoas, instituições, ONGs, universidades e pesquisadores do mundo todo. Foram desembolsados R\$ 15,57 bilhões nas ações da reparação até aqui.



**FUNDAÇÃO
renova**

Nenhum recurso da reparação foi utilizado na veiculação deste anúncio. A produção destas imagens seguiu rígidos protocolos de segurança e saúde, considerando o contexto da Covid-19.

O processo de construção dos reassentamentos foi tema de cobertura do jornal desde o início das obras. Dois anos depois da matéria citada anteriormente, que noticiava a escolha do terreno para construção de Paracatu, na edição nº 1189 o *Ponto Final* publicou “Projeto de reconstrução de Paracatu de Baixo é aprovado” (Ponto Final, 2019a). No texto, não é problematizado em nenhum momento a demora entre a decisão do local de construção e a aprovação do projeto, e por outro lado, é ressaltado por uma representante da Renova que a equipe trabalha dia e noite para cumprir o acordo com a comunidade (Ponto Final, 2019a).

A obra de Bento Rodrigues foi visitada pela equipe do *Ponto Final* em 2019 à convite da Renova, conforme matéria publicada na edição nº 1225 (Ponto Final, 2019f). Nesse momento, o jornal informa que a Fundação está tentando adiar a entrega, prevista para o ano seguinte. A partir da observação do repórter que não é creditado na matéria são feitas observações sobre a magnitude da obra, tanto de Bento quanto de Paracatu: “serão 4000 trabalhadores nas obras e cerca de 200 a 240 empresas direta e indiretamente envolvidas. Atualmente a obra ocorre 24 horas por dia” (Ponto Final, 2019). Ainda que sejam enfatizados os números e o tempo de trabalho, como feito em matéria anterior por representante da Renova, não há questionamentos sobre porque mesmo com tanta mão de obra o reassentamento poderia atrasar.

Conforme elencado na seção 5.1, a Fundação Renova recebeu destaque nas primeiras páginas do *Ponto Final*, em diversas situações. Desde 2017, ano de início das atividades da Fundação, a Renova se tornou protagonista em diversas matérias, para explicar e qualificar os processos de reparação, mas além disso, também recebeu manchetes e editoriais criticando suas ações. Nesse primeiro momento, as matérias do *Ponto Final* assumiram um tom crítico, nas notícias e editoriais escritos pelo editor-chefe. Em março de 2018, a edição nº 1144 destacou uma notícia que pautou um impasse entre Câmara Municipal e Renova pelo descumprimento da oferta de empregos. Nessa publicação, Rômulo assinou o editorial “Aqui não tem circo e nem palhaço” em que criticou a Fundação:

Enquanto o tamanho do prato diminui nos lares das famílias marianenses, onde a Fundação Renova “atua” e não cumpre seu dever previsto no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), de dar prioridade ao contrato da mão de obra e empresas locais, essa mesma empresa tenta fechar as cortinas do diálogo público, e amansar o diálogo com os vereadores com a mesma comida de tira da mesa dos marianenses ao não cumprir seu dever (Ponto Final, 2018b, p.19)

Mais adiante, mesmo com as críticas, o jornal cedeu espaço para publicidade da Fundação Renova, e na coluna “Sociais com Rômulo Passos” a edição nº 1146 registrou um encontro entre representantes da entidade e o editor-chefe do jornal.

Figura 8: Publicidade da Fundação Renova publicada na edição nº 1223 do *Ponto Final*.

setembro, mais de 20 itens de quaria do ambiente. Além disso, ga estar comprando as telas de riais de limpeza nao resolvem o jornalpontofinal.com.br



AQUI TEM EMPREGO

As obras dos reassentamentos estão em nova fase. E você, **morador de Mariana** e região, pode construir com a gente as comunidades de **Bento Rodrigues** e de **Paracatu de Baixo**.

CADASTRE OU ATUALIZE SEU CURRÍCULO NO SINE DE MARIANA E **PARTICIPE DA SELEÇÃO** PARA AS VAGAS DISPONÍVEIS.

FUNDAÇÃO renova

Sine de Mariana: Av. Getúlio Vargas, S/N - Centro
www.pmmariana.com.br/vagas-sine

Saiba mais: fundacaorenova.org
0800 031 2303

Figura 9: recorte da coluna sociais com Rômulo Passos publicada na edição nº 1146.

16 | Jornal Ponto Final
29 de março a 04 de abril de 2018

"sociais com Rômulo Passos



venha conhecer nossa linha
concessionária
Husqvarna

3557-3936



Cerveja • Refrigerante • Carvão • Gelo • Água mineral

Aluguel de mesas
Congeladores
Caixas térmicas

Rua Wenceslau Braz 185 - Centro 3557-2378 / 3558-2686 / (31) 9 8716-1905



Quem vem fazendo um ótimo atendimento no banco Santander é a simpática Nathália.



Rômulo Passos recebendo a visita Douglas Couto, Lúcia Pereira, gerente do Território de Mariana, William Sarayeddin, gerente de engajamento e diálogo (Fundação Renova), no jornal PONTO FINAL.



A simpática Janete Aparecida, comemorou seu aniversário no último dia 21. Felicidades!



A nossa editora Anna Gonçalves com sua nova equipe de redação, a Júlia Passos e Lavinia Passos. Essa turminha é show de bola!



Em 2019, houveram outras matérias com enquadramentos críticos a demora no pagamento de indenizações, entrega dos reassentamentos e diálogo com os atingidos. Com uma manchete polêmica na edição nº 1198 foi notícia “A Renova é o que há de pior, é o esgoto do poder” afirma vereador”, pautada em uma fala de membro do legislativo em Reunião Ordinária. As ações atribuídas à ele foram de “acusar” “desabafar” “questionar” e para a Fundação Renova, que emitiu uma nota ao jornal, ficou atribuído a função de “esclarecer” “ressaltar”. Os questionamentos levantados pelo vereador de que os reassentamentos estavam atrasados e atingidos não receberam indenizações, não foram apurados (Ponto Final, 2019c)

Em 2021, na edição nº 1294, é destaque na capa a matéria “Renova atrasa reassentamento e pode ser multada em 1 milhão por dia”. Esse é um dos textos em que há falas de atingidos (Ponto Final, 2021c). A fonte que constrói a chave de leitura é Maria Geralda, atingida de Paracatu de Baixo, que conta sobre a espera de mais de cinco anos para reaver a casa de seu pai idoso, que sempre questiona sobre a demora (Ponto Final, 2021c).

Esse testemunho narra desde o dia que a lama atingiu o subdistrito até a revitimização causada pela reparação demorada. No entanto, ainda que o texto tenha sido publicado sob os créditos “da redação” do *Ponto Final*, devido ao estilo de escrita, e outras marcas de apuração não comuns nas outras matérias analisadas, foi feita uma busca pelo texto e constatou-se que ele foi replicado (ou recebido como *release* e publicado sem os devidos créditos) de uma publicação da Cáritas MG.¹⁸ Apenas o título e a linha fina são diferentes.

18

<https://caritas.org.br/noticias/cinco-anos-fora-de-casa-renova-atrasa-mais-uma-vez-a-entrega-dos-reassentamentos>

Figura 10: Matéria publicada na edição nº 1294 do *Ponto Final*Jornal Ponto Final
4 a 10 de março de 2021

CIDADES | 09

Renova atrasa reassentamento e pode ser multada em 1 milhão por dia

ATRASO. A entrega dos reassentamentos às famílias atingidas pelo rompimento da barragem da Samarco, em Mariana (MG), mais uma vez é adiada.



Diversas pessoas ainda não puderam iniciar o projeto das suas casas.

DA REDAÇÃO

● No sábado, 27 de fevereiro, venceu o prazo determinado pela Justiça em primeira instância para a entrega de moradias às famílias atingidas pelo crime das mineradoras Samarco, Vale e BHP, em Mariana (MG). As empresas deveriam entregar os reassentamentos coletivos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, duas comunidades completamente devastadas pelo rompimento da barragem de Fundão, e diversos reassentamentos familiares, destinados principalmente às pessoas que tiveram suas propriedades destruídas pelos rejeitos em seis comunidades da zona rural de Mariana. Entretanto, os atingidos, que já estão há cinco anos fora de suas casas, seguem sem casa.

Maria Geralda Oliveira da Silva, atingida de Paracatu de Baixo, relata que a perda da liberdade que tinha em sua comunidade é o que mais dói. Ela conta que antes do mar de lama destruir o distrito,

seu pai era um homem forte e feliz, mas desde o rompimento da barragem foi forçado a viver fora de sua casa e se mantém num estado de tristeza profunda. "Hoje meu pai tem 90 anos, já passaram cinco anos, e toda hora que olho para o meu pai ele está chorando e me pergunta: 'Eles já vão fazer a casa? Já estão fazendo?'. Eu fico sem resposta e falo para ele 'eles vão fazer pai, vão fazer as casas. Vai demorar muito tempo não'".

Assim como as demais famílias que vivem em moradias provisórias há mais de cinco anos, Maria Geralda sabe que os reassentamentos estão longe de serem finalizados. Diversas pessoas ainda não puderam iniciar o projeto das suas casas e outras tantas seguem sem saber se receberão suas moradias, pois sequer têm lote definido nos reassentamentos. Para essas famílias, o descaso da Fundação Renova e das mineradoras que a controlam é o que leva a repetidos

descumprimentos de prazos.

Para Gladston Figueiredo, coordenador da Assessoria Técnica aos atingidos (Cáritas MG), as justificativas dadas para os descumprimentos são tucanhas e não correspondem à realidade. "A restituição do direito à moradia, elemento fundamental para a reparação integral, vem sendo negada aos atingidos desde o rompimento. Desde a compra dos terrenos as empresas responsáveis pelo crime sistematicamente adotam posturas que atrasam o processo. E, sobretudo, aparentemente visando redução de gastos, não dialogam com atingidos e tampouco consideram suas demandas nas obras".

O primeiro prazo para entrega das obras, apresentado pela própria Fundação Renova, foi 31 de março de 2019. O segundo, determinado pela Justiça, foi 27 de agosto de 2020. E a data 27 de fevereiro de 2021 já é o terceiro prazo para entrega dos reassentamentos, que seguem inconclusos. A Justiça determinou uma multa de R\$ 1 milhão por dia de atraso a partir deste sábado. As mineradoras recorrem da decisão alegando que os atrasos são causados pelos processos de participação das famílias nas decisões e por dificuldades devido à pandemia da Covid-19. Ainda não há decisão do Tribunal quanto ao pedido das mineradoras. Vale lembrar que o lucro das empresas segue atingindo cifras bilionárias: a BHP teve lucro líquido de US\$ 3,88 bilhões no segundo semestre de 2020 e, a Vale, de R\$ 15,6 bilhões no terceiro trimestre de 2020.

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Minha homenagem a quem gora oida e, com sua força, delicadeza e sabedoria, ajuda a transformá-la em algo encantador.

Feliz Dia da Mulher!

DE MARÇO

Vereador Fernando Sampaio

SHOPPING ARENA

MANUTENÇÃO DE CELULAR
ACESSÓRIOS E ELETRÔNICOS
XEROX E SERVIÇOS DE INTERNET

Rodovia do Contorno, 48
Vila Aparecida - Mariana/MG

(31) 99626.3169
shoppingarena2020@gmail.com
shopping_arena2020

Mensalidades a partir de R\$ 149,00

VENHA PARA A UNOPAR POLO MARIANA

GRADUAÇÕES:
100% ONLINE E SEMI PRESENCIAL

PÓS GRADUAÇÃO:
100% ONLINE

- Vestibular 100% online
- Bolsas de até 100%
- Tutor em sala de aula e online
- Estrutura diferenciada
- Ensino de qualidade

Rua Antônio Alves, 78 - São Cristóvão - Mariana - MG

31 988012790
31 3557 2933

unopar POLO MARIANA

Figura 11: Captura de Tela do site da Cáritas MG com matéria igual à publicada no jornal *Ponto Final*

Ueral

Atraso na entrega de reassentamentos em Mariana destrói sonho de retomada dos modos de vida de famílias atingidas pela mineração

Publicação: 25/02/2021



Neste sábado, dia 27 de fevereiro, vence o prazo determinado pela Justiça em primeira instância para a entrega de moradias às famílias atingidas pelo crime das mineradoras Samarco, Vale e BHP, em Mariana (MG). As empresas deveriam entregar os reassentamentos coletivos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, duas comunidades completamente devastadas pelo rompimento da barragem de Fundão, e diversos reassentamentos familiares, destinados principalmente às pessoas que tiveram suas propriedades destruídas pelos rejeitos em seis comunidades da zona rural de Mariana. Entretanto, os atingidos, que já estão há cinco anos fora de suas casas, seguem sem casa.

Maria Geralda Oliveira da Silva, atingida de Paracatu de Baixo, relata que a perda da liberdade que tinha em sua comunidade é o que mais dói. Ela conta que antes de o mar de lama destruir o distrito, seu pai era um homem forte e feliz, mas desde o rompimento da barragem foi forçado a viver fora de sua casa e se mantém num estado de tristeza profunda. "Hoje meu pai tem 90 anos, já passaram cinco anos, e toda hora que olho para o meu pai ele está chorando e me pergunta: 'Eles já vão fazer a casa? Já estão fazendo?'. Eu fico sem resposta e falo para ele 'eles vão fazer pai, vão fazer as casas. Vai demorar muito tempo não'".



Figura 11: Captura de Tela do site da Cáritas MG com matéria igual à publicada no jornal *Ponto Final*



Em 2023, o jornal noticiou a possibilidade da entrega dos dois reassentamentos. Nas duas matérias os enquadramentos construídos são os mesmos, a partir de falas apenas da Renova, é construída a ideia de recomeço, progresso, enfatizada pelas descrições numéricas da metragem das redes de esgoto e pluviais, pavimentação e rede de iluminação. Em Paracatu, a notícia foi de assinatura do plano de ação de entrega e o projeto do “novo distrito” foi qualificado como “individual e exclusivo”, construído com participação popular (Ponto Final, 2023b). Já no reassentamento de Bento Rodrigues na edição nº 1407 a matéria “Chaves de casas no Novo Bento começam a ser entregues a famílias” qualifica a entrega como uma “nova fase para os moradores” e “realização de um sonho muito aguardado” (Ponto Final, 2023c). Além disso, na mesma matéria há o mesmo recurso verbal empregado em outras para se referir às ações da Renova: “Para que os futuros moradores do novo distrito de Bento Rodrigues vivam em segurança, com conforto e bem-estar, a Fundação Renova e a Prefeitura de Mariana desenvolveram uma série de iniciativas” (Ponto Final, 2023c).

Segundo dados da própria Samarco, nenhum dos dois reassentamentos foi totalmente concluído ainda em 2025 (Samarco, 2025). Dentro do recorte analisado, a última notícia sobre reassentamentos foi publicada na edição nº 1468 de Julho de 2024. Com o título “Moradores do Novo Bento enfrentam desafios e reivindicam melhorias” a matéria noticia a possibilidade das atividades de outra mineradora, Cedro Mineração, atingirem o reassentamento. A matéria

destaca em imagem o ex-prefeito Celso Cota, gestor do executivo à época, e sem a fala de nenhum morador, reivindica melhorias no campo de futebol, Unidade Básica de Saúde e outros bens públicos entregues pela Renova (Ponto Final, 2024a). Não é mencionado e nem questionado à Fundação sobre as queixas dos moradores.

7.2.1 Quando os atingidos falam: a cobertura das manifestações

Como mencionado anteriormente, nas matérias selecionadas para análise, os atingidos não são entrevistados pelo *Ponto Final*. Em apenas seis notícias há citações diretas atribuídas a eles, uma delas, conforme citado a apuração foi da Cáritas MG. Nas outras cinco matérias, todas tematizam manifestações organizadas em busca de direitos.

Em 2016, a possibilidade de uma manifestação organizada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) ocorrer na data que marcava um ano do crime foi pauta do jornal por três edições. Na primeira seção deste capítulo, foi descrita a matéria “Não apoiaremos manifestação contra a Samarco, afirma Bruno Mol” publicada na edição nº 1073. Esse foi o primeiro enquadramento dado a um protesto do MAB, construído a partir da fala de um vereador que deslegitimou o movimento e definiu a manifestação como “contra Samarco” (Ponto Final, 2016i). Essa ideia de que o movimento seria contra a mineração aparece subliminarmente em todas as chaves de leituras construídas depois daquela notícia. No dia 5 de novembro de 2016, o ato do MAB que realmente aconteceu foi noticiado como “culto ecumênico” na edição nº 1074. Na matéria, o *Ponto Final* questionou a Arquidiocese de Mariana sobre ligação com o MAB e posição contra a Samarco, e enfatizou a necessidade de “cobrar a responsabilidade da mineradora, mas não necessariamente ficar contra a atuação dela” (Ponto Final, 2016j).

Na edição nº 1111, publicada em julho de 2017, a matéria “Atingidos pela barragem fazem manifestação e fecham rodovia” noticia o protesto organizado pelo MAB na MG 129, rodovia de acesso às mineradoras, colocando no *lead* a motivação dos manifestantes: “De acordo com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o protesto é contra a Samarco, e suas acionistas Vale e a BHP Billiton” (Ponto Final, 2017j). Dessa vez, há falas de duas moradoras dos distritos atingidos que “relatam” e “contam” sobre quais as reivindicações. Em 2018, na edição nº 1167, também é pauta outro protesto, agora em Barra Longa, município vizinho também atingido pelo rejeito da Samarco. Nesse texto, também há a fala de uma atingida que questiona a falta de soluções da Renova para os problemas de

saúde causados aos moradores. Em ambos os casos, o jornal *Ponto Final* dá a possibilidade de contraditório à Renova, inserindo o subtítulo “outro lado” e reproduzindo notas da Fundação que afirmam o compromisso da Fundação com o diálogo (Ponto Final, 2018k).

Já em 2019, na matéria “Garimpeiros e pescadores realizam manifestação em Barra Longa”, edição nº 1189, há uma generalização e o MAB fala por todos os atingidos, sem que a fala de nenhum manifestante seja diretamente citada. A construção dos enquadramentos nas coberturas de protestos é construído de maneira que não explora e detalha quais as reivindicações dos manifestantes (Ponto Final, 2019a). Em outras matérias, quando apenas a Renova fala, nenhum atingido é chamado para contrapor os argumentos apresentados. Já nos únicos casos em que os atingidos tomam a palavra, a Renova apresenta seu “lado”, deixando uma chave de leitura para o texto de que há soluções para as demandas apresentadas a partir do diálogo entre as partes.

7.2.2 As efemérides do rompimento de Fundão

Como um jornal que circula dentro do território marianense, o Jornal *Ponto Final* repercute o rompimento da barragem de Fundão na edição publicada entre as duas primeiras semanas de novembro. Em 2016, com a repercussão da possibilidade de protesto contra a Samarco organizado pelo MAB, não houveram matérias especiais para relembrar e rememorar o crime, as edições desse período, como mencionado, problematizaram a manifestação.

Em 2017, na edição nº 1126 publicada na semana do dia 5 de novembro, Rômulo Passos escreveu o editorial “O que são dois anos”:

Aproximadamente às 16 horas do dia 5 de Novembro de 2015 a lama da mineradora Samarco matava histórias e enforcava memórias no maior desastre ambiental do país, o rompimento da Barragem de Fundão, do distrito Bento Rodrigues. Momentos antes de serem expulsos às pressas, os moradores levavam suas vidas tranquilas. Passando o café. Cuidando dos pés de frutas da horta. Proseando com a vizinha. Dois anos que não são nada para quem por crescer e morar em Bento a vida toda, já era quase o próprio Bento. Mas que ao mesmo tempo são a eternidade, para quem por 731 dias procura a si próprio, mas não encontra a si mesmo desde que pedaços seus foram levados na escuridão da lama. O que são dois anos? Uma vida? A falta dela? A duração de um sonho? A ausência dele? Onde está Bento? Quem lhe abraça agora e quem caminha com ele (Ponto Final, 2017m, p.2).

Nas edições seguintes, o rompimento ainda é pautado. Na de nº 1128, a publicação imprimiu um caderno especial de sete páginas voltado à reportagens especiais sobre o tema. Os textos foram assinados pela *Agência Brasil* e problematizaram os processos de reparação. Dois textos foram assinados pelo *Ponto Final* dentro da editoria “Tragédia do Rio Doce”, ambos tratam sobre a possibilidade de retorno da Samarco, em enquadramentos construídos como citado na primeira seção deste capítulo (Ponto Final, 2017n).

Na edição nº 1178, impressa na semana que marcou os três do rompimento, também foi incluída uma editoria “especial”, com diagramação e tipografias diferentes do habitual. Com o título “3 anos de luta” o jornal relembrou as vítimas e questionou a atuação da Samarco: “Além disso, as trincas surgidas na barragem em 2014 que não parecia ser um problema para os responsáveis, deixaram 19 mortos, destruiu a vegetação nativa e poluiu a bacia do Rio Doce” (Ponto Final, 2018m). No entanto, mesmo assim, na página seguinte foi destaque os reassentamentos, sua infraestrutura e a geração de empregos das obras.

Ao longo dos anos, o valor-notícia da data diminuiu para o jornal. Em 2019, houve apenas uma matéria sobre o tema na edição nº 1228, publicada na data da efeméride (Ponto Final, 2019g); Em 2020, a edição nº 1279 trouxe uma entrevista com o promotor do caso Mariana, Guilherme Meneghin, que criticou a Renova (Ponto Final, 2020c). Em 2021 e 2022, na data do rompimento nenhuma pauta foi publicada na edição. Em 2023, a edição nº 1433, noticiou “Oito anos após tragédia da barragem, instituições buscam decidir ações” atualizando os processos judiciais, sem entrevistar nenhum atingido, e na editoria “cidades” (Ponto Final, 2023h); e em 2024, marcando os nove anos do crime, foi publicada a matéria “Tragédia de Mariana completa 9 anos: Luta por justiça e recuperação ainda persiste”, também na editoria de “cidades” sem nenhuma fonte citada (Ponto Final, 2024e).

A importância dada à efeméride é uma maneira de analisar como o *Ponto Final* dá saliência ao assunto, conforme Entman (1991). O jornal por sua característica local, atenderia ao interesse público de pautar o tema e busca por fontes para entrevistar sobre assunto estaria ao seu alcance. A falta de novas informações, questionamentos, apuração sobre o processo de reparação sob o ponto de vista dos atingidos, cria sentidos e enquadramentos que permitem compreender a morosidade do processo, mas de forma rasa, como se fossem poucas pessoas que possuem críticas à Renova. O jornal traz dados e números fornecidos pela Fundação, no entanto, não dimensiona a partir de outras óticas o pagamento de indenizações, entregas das casas e ações judiciais.

7.3 As ações de benfeitorias das mineradoras

Conforme discutido por Jorge *et al.* (2020), a comunicação das mineradoras é planejada para servir de anteparo à ideias que legitimem o extrativismo no território. No *Ponto Final* isso acontece tanto nas propagandas veiculadas pelas empresas, quanto em matérias que noticiam acontecimentos como obras feitas por mineradoras, parcerias público-privadas entre elas e a Prefeitura, projetos sociais patrocinados, e em alguma medida, também ganha esse tipo de conotação de benfeitoria ações de reparação, que deixam de ser enquadradas como obrigação por um crime cometido e passam a ser “boa vontade” da Fundação Renova.

Logo após o rompimento de Fundão no início do recorte temporal desta pesquisa, a Samarco ainda era protagonista de matérias como “Música na Praça pela SAMARCO” (Ponto Final, 2016a). A notícia publicada em janeiro de 2016, não faz nenhuma menção ao crime cometido pela empresa, e qualifica o projeto social realizado na comunidade de Paracatu (um dos distritos devastados) como apoio da mineradora à criatividade e desenvolvimento das comunidades onde atua (Ponto Final, 2016a). O texto não traz nenhuma citação direta e também possui características de *releases*, com linguagem institucional e ênfases no cuidado da mineradora com a população.

Matérias como essa são comuns no recorte escolhido. A Vale também divulga suas ações benfeitoras no *Ponto Final*. Em 21 de novembro de 2019, foi notícia o programa “Valorizar” definido na linha fina como: “O Programa Valorizar é uma iniciativa da mineradora Vale que tem o intuito de premiar, reconhecer e valorizar iniciativas sociais” (Ponto Final, 2019h, p.4). O assunto foi a premiação em primeiro lugar da Comunidade da Figueira, instituição filantrópica que acolhe pessoas com deficiência e promove ações artísticas. A construção do texto inicia com *lead* que detalha o prêmio no valor de R\$ 28 mil e explica que o valor será destinado à manutenção da Comunidade da Figueira. Em entrevista a diretora da instituição comemora e comenta que o valor da premiação “vai amenizar a necessidade de bater de porta em porta para conseguir doações” (Ponto Final, 2019h, p.4).

Os enquadramentos que constroem ideias de “apoio às comunidades” aparece também em demandas coletivas, em que as mineradoras arcam com valores para financiar atividades e construções que deveriam ser realizadas pelo poder público. No ano de 2020, a edição nº 1255, foi pauta a inauguração de uma nova sede de um Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (Caps Ij) (Ponto Final 2020b). O título da matéria “Nova sede da CAPSij é inaugurada em Mariana” e a linha fina “novo local atenderá crianças e adolescentes

portadores de transtornos mentais graves e persistentes no município e região”, não mencionam a atuação da Fundação. Mas, no decorrer da matéria o financiamento da obra é creditado à Renova e qualificado como “parte do compromisso firmado com a Prefeitura Municipal de Mariana” (Ponto Final, 2020b, p.8). A magnitude da obra é enfatizada citando números e a infraestrutura do espaço, e como fonte da notícia está um funcionário da Fundação Renova que afirma que a nova sede é diferente das demais pela ótima construção (Ponto Final, 2020b).

A mesma forma de construção de chaves de leitura ocorreu no ano seguinte, 2021, em meio à pandemia de COVID-19, Samarco e Vale doaram UTI’s móveis para o município (Ponto Final, 2021d). Na notícia o prefeito de Mariana à época, agradece imensamente o apoio das mineradoras.

Outra face da minério dependência construída culturalmente, e que também aparece como *frame* no *Ponto Final*, são as matérias que enfatizam valores de investimentos da Renova e Samarco no município, e apoio ao empreendedorismo e comércio local. Esses pontos, como mencionado, foram constantemente questionados em matérias do jornal, mas ainda assim, em contradição aparecem notícias que geram enquadramentos favoráveis às mineradoras. “Renova deverá criar 2 mil postos de trabalho até 2018” é manchete na capa da edição nº 1.102 (Ponto Final, 2017e). Esse momento, como noticiado pelo jornal, era de desemprego e instabilidade financeira, por isso, a matéria ganhou destaque na edição, mas não aprofunda sobre como esse número foi calculado pela entidade.

Na edição nº 1151, sob a coluna de “atualidades”, o jornal destaca “Renova lança fundo de R\$ 55 milhões para atrair empresas para Mariana”, e afirma que o projeto levará para a cidade geração de empregos e renda (Ponto Final, 2018d). Essa publicação contradiz novamente outras matérias publicadas pelo jornal e é construída apenas com falas dos envolvidos no projeto, com ênfases nas oportunidades que serão geradas, produzindo um enquadramento positivo ao anúncio. A mesma forma discursiva aparece em “Investimento de R\$ 100 milhões será repassado para o município” em matéria destacada na edição nº 1212 de julho de 2019 (Ponto Final, 2019e). O acontecimento em pauta é o anúncio de valores destinados à obras acordadas como reparação, feito pela Fundação Renova em evento com o governador Romeu Zema e o então prefeito, Duarte Junior. A construção da notícia denomina como “investimento” um valor que cumpre a legislação de reparação pelo crime cometido.

As obrigações judiciais da Samarco de interromper a produção de rejeitos após o rompimento é qualificada pela empresa e reiterada pelo *Ponto Final* como propósito de uma “mineração diferente”. A matéria “Prefeito faz visita ao Complexo de Germano” publicada

em 2021, recebeu o chapéu “propósito” e deu visibilidade às falas do Presidente da Samarco que destacam a geração de emprego e a vontade de “fazer diferente” da empresa (Ponto Final, 2021a). A causa da mudança não é mencionada, as mortes e a devastação, a interpretação construída para o texto imprimem na Samarco um viés de responsabilidade social, sem nenhum questionamento.

Em dois anos seguidos, a Samarco foi notícia no jornal como um bom local para trabalhar. No ano de 2021: “Samarco conquista o 1º lugar no prêmio Lugares Incríveis para Trabalhar” (Ponto Final, 2021f), e em 2023 “Samarco é reconhecida como empresa líder em práticas de trabalho”, matéria que enfatiza que “o reconhecimento é um reflexo das transformações inovadoras da Samarco desde a retomada de suas atividades em dezembro de 2020” (Ponto Final, 2023g, p.16) e encerra com a afirmação “a mineradora reforça seu compromisso de promover práticas corporativas responsáveis e sustentáveis enquanto mantém um ambiente de trabalho saudável” (Ponto Final, 2023g, p.16). Essas construções reforçam e sustentam os argumentos da importância da mineradora para a economia do município.

8. As finalidades do jornalismo no *Ponto Final* e considerações finais

Reginato (2019) elenca como doze finalidades do jornalismo: informar de modo qualificado, investigar, verificar a veracidade das informações, interpretar e analisar a realidade, fazer a mediação entre os fatos e o leitor, selecionar o que é relevante, registrar a história e construir memória, ajudar a entender o mundo contemporâneo, integrar e mobilizar pessoas, defender o cidadão, fiscalizar o poder e fortalecer a democracia, estabelecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade. Com esses parâmetros, como parte das considerações finais deste trabalho, busca-se situar como nesse recorte, o *Ponto Final* cumpre esses preceitos.

A informação qualificada deve ser atual, verificada, correta, contextualizada, bem redigida e deve ampliar o conhecimento sobre o assunto (Reginato, 2019). Na cobertura sobre mineração entre 2016 e 2024, o *Ponto Final* não discute em profundidade o tema em um contexto histórico onde isso se faria necessário. A atividade extrativista possui relação com a cidade desde a sua fundação, no entanto, com o rompimento da barragem de Fundão e suas consequências, o jornal poderia ter oportunizado aos leitores outras chaves de leitura para compreender esse processo, com fontes diferentes das habituais, em um processo que desnaturalizasse a destruição causada. Em alguma medida, conforme apontado por Goffman (2012) e Entman (1993), a cultura é um dos eixos fundamentais para interpretar acontecimentos, por isso, na presente pesquisa, não se desconsidera a influência de uma ideologia minério-dependente como apontada por Jorge *et al.* (2020), na produção das notícias do jornal.

A investigação jornalística deve procurar informações exclusivas e verificar a veracidade das informações com dados concretos e apurados, fugindo do jornalismo declaratório (Reginato, 2019). Nas matérias analisadas, ficou constatado que as informações publicadas na maioria das vezes são resultado de uma única fala, isso aparece inclusive, nos títulos, como por exemplo: “Não apoiaremos manifestação contra a Samarco, afirma Bruno Mol”; “Samarco não volta por falta de interesse da Vale e da BHP, diz prefeito” e “ ‘A Renova é o que há de pior, é o esgoto do poder’ afirma vereador”. Nessas matérias os argumentos e apuração são embasadas em uma única fonte, que ganha espaço para se posicionar, sem contraditório nem apresentação de outros dados. Entre 2016 e 2019, muitas matérias noticiaram a possibilidade de retorno da Samarco, todas com previsões de meses diferentes, o jornal publicou sem de fato, orientar o leitor, ou apurar com o Ministério

Público, quando seria possível a volta da mineradora. O mesmo aconteceu com os reassentamentos, em diversas matérias prazos de conclusão informados pela Renova foram divulgados, sem apoio na factualidade. A reprodução de matérias de outros veículos mostra também como o jornal tem dificuldade em seguir o rito da apuração, e reproduz matérias de veículos de fora do local, que possuem mais diversidade de fontes.

Também é papel do jornalismo interpretar e analisar a realidade, e ajudar a entender o mundo contemporâneo, oferecendo quadros coerentes e contextos de interpretação para o acontecimento (Reginato, 2019). Desde a nomeação do acontecimento até a forma de noticiá-lo, o jornalismo configura sentidos aos fatos. O *Ponto Final* nomeia como “tragédia” “desastre” o crime da Samarco e ao falar de reparação distancia o leitor das consequências do que aconteceu. A responsabilidade das mineradoras foi constatada pela justiça brasileira, e mesmo assim, talvez na ideia de um jornalismo “imparcial” o *Ponto Final* hesita em atribuir a culpa.

A mediação entre os fatos e o leitor passa por processos discursivos que para Reginato (2019) devem simplificar termos técnicos e assuntos complexos para democratizar o entendimento do público. Muitos dos textos publicados pelo jornal, principalmente sobre os temas da reparação e as ações das mineradoras no território possuem características de *releases* não sinalizados, com linguagem institucional, fica à cargo das mineradoras essa mediação, e elas qualificam suas ações e a reparação como bem sucedida. Além disso, pós rompimento, a Samarco ganhou espaço no jornal para explicar seu “modelo sustentável de mineração”, traduzindo termos técnicos sobre rejeitos, e explicando o processo “seguro” que adotaria a partir dali. Nenhuma outra fonte especialista foi consultada para falar sobre.

A relevância das informações noticiadas é classificada pelo jornalismo a partir dos valores notícia. Reginato (2019) afirma que essa seleção deve ser pautada no interesse público, identificações sociais e sentimentos de proximidade. Algumas das notícias analisadas, como as doações das mineradoras e os prêmios recebidos por elas, informam o leitor apenas sobre aquele momento, não altera o cotidiano ou impactam na vida pública. A preservação da memória é outra característica apontada pela autora como indispensável para o jornalismo. Nesse aspecto, a memória sobre o rompimento de Fundão está presente no jornal em inúmeras pautas, como subtextos de conflitos econômicos, processos de reparação e permeia a maioria dos acontecimentos como um fato que alterou a vida na cidade. No entanto, na data que marca a efeméride do crime, o *Ponto Final* não produziu reportagens especiais ou aprofundadas, à exceção da republicação de matérias da *Agência Brasil* em 2017, apenas repetiu informações já noticiadas, e em 2021 e 2022 não marcou a data.

Duas das funções elencadas por Reginato (2019), integrar e mobilizar pessoas e defender os cidadãos, possuem vínculo com o caráter comunitário que o jornalismo local pode assumir, conforme Peruzzo (2003). A representação do MAB e as pautas dos atingidos são quase ignoradas pelo jornal nesses nove anos. Os atingidos não são representados nas notícias, não falam de suas demandas e nem podem contrapor as afirmações da Fundação Renova. É dado o direito à fala apenas nas manifestações, como se fossem queixas isoladas e necessariamente ligadas ao movimento social. Há momentos em que o *Ponto Final* se solidariza, mas o discurso usado distancia os atingidos como se eles não pertencessem à Mariana, como se o rompimento fosse um acontecimento isolado, um “acidente” com poucas vítimas.

Ao contrário disso, os enquadramentos criados pelo *Ponto Final* criam uma chave de leitura que qualifica os danos econômicos como as piores consequências do crime. Há muito mais menções sobre a situação financeira da cidade, do que sobre as pessoas que ficaram sem suas comunidades, como se fossem consequências separadas. Ainda nas funções de enquadramentos sugeridas por Entman (1993), o jornal insere como proposta de solução para a calamidade orçamentária do município, a volta da Samarco, não apenas em tom burocrático de dependência econômica, mas também de uma dependência quase afetiva. Diferente das finalidades de fiscalização do poder e apresentar pluralidade (Reginato, 2016), o jornal usa dos discursos das próprias mineradoras para falar de reparação. E nos momentos em que há matérias que questionam a legitimidade da Fundação Renova, ou editoriais escritos pelo editor-chefe, a indignação se contradiz com as publicidades da entidade, que possuem caráter ideológico de auto afirmação.

Como apresentado por um breve percurso histórico estabelecido na pesquisa, o jornalismo brasileiro possui dificuldades para ser independente dos poderes dominantes, desde seu surgimento. Na história do jornalismo mineiro, a mineração também foi um dos fatores que dificultaram o estabelecimento da atividade profissional no estado, enquanto ainda era capitania. Em Mariana, cidade constituída pelo extrativismo mineral, esse setor parece continuar influenciando a possibilidade de um jornalismo local que exerça as suas finalidades. Os desertos de notícias brasileiros são mapeados apenas pela inexistência de veículos de informação. Mas, mesmo em uma cidade que existe jornalismo, ainda que não profissionalizado, o acesso à informação é comprometido por uma cultura minério-dependente e talvez pelas dificuldades de sustentabilidade e manutenção do jornalismo local. Por isso, a partir das considerações de Abernathy (2023), o jornal *Ponto Final* poderia ser considerado próximo à ideia de um jornal fantasma, que mesmo inserido

dentro do território não cumpre sua função social. As informações oferecidas pelo *Ponto Final* não possuem rigor jornalístico e constituem um território sem disputas sociais, problemas causados pela mineração e sem a vitimização que esse setor traz cotidianamente para a cidade.

REFERÊNCIAS

ABERNATHY, Penelope Muse. **The expanding news desert**. Chapel Hill, NC: Center for Innovation and Sustainability in Local Media, School of Media and Journalism, University of North Carolina at Chapel Hill, 2018.

ABERNATHY, Penelope Muse. **The rise of a new media baron and the emerging threat of news deserts**. Center for Innovation and Sustainability in Local Media, University of North Carolina Chapel Hill, 2016.

ALVES, M. da S. et al. Comunidades atingidas e territórios afetados pela mineração :realidades e resistências. In: **Mineração: realidades e resistências**. São Paulo: Expressão Popular, p. 17-41, 2020.

ATLAS DA NOTÍCIA. **Atlas da Notícia versão 7.0**. 2025. Disponível em: <https://atlas.jor.br/atlas-v-7/relatorio-analitico-atlas-2025/>

ATLAS DA NOTÍCIA. Desertos de Notícias: um panorama do jornalismo local e regional do Brasil. 2017. Disponível em: <https://atlas.jor.br/dados/relatorios/>

ATLAS DA NOTÍCIA. Desertos de notícias encolhem no Brasil. 2023. Disponível em: <https://atlas.jor.br/dados/relatorios/>

ATLAS DA NOTÍCIA. Desertos e quase desertos de notícias: uma ocorrência nacional. 2018. Disponível em: <https://atlas.jor.br/dados/relatorios/>

ATLAS DA NOTÍCIA. Digital Reduz desertos de notícias: migração crescente para o digital e redução dos desertos de notícias. 2022. Disponível em: <https://atlas.jor.br/dados/relatorios/>

ATLAS DA NOTÍCIA. O avanço da revolução digital: fechamento de impressos, migração crescente para o digital e aumento do deserto de notícias. 2019 Disponível em: <https://atlas.jor.br/dados/relatorios/>

BAHIA, Benedito Juarez. **História, jornal e técnica**. Mauad Editora Ltda, 2014.

BARBOZA, Filipe. Assessoria de Imprensa ou assessoria na imprensa? Análise sobre a incidência dos releases no jornal Ponto Final de Mariana-MG. In: V Encontro Sudeste da História da Mídia, 2018, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos**, Alcar, 2018.

BARSOTTI, Adriana Vieira. A primeira página: um ritual do jornalismo. In: **Uma História da Primeira Página: do Grito ao Silêncio no Jornalismo em Rede**. Tese de Doutorado - Pontifícia Católica do Rio de Janeiro, 2017.

BAVARESCO, Marcionize. **Jornalismo, identidade regional e controvérsias públicas: a definição simbólica do extremo oeste catarinense na imprensa**. Dissertação de Mestrado- Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

BERTOLLO, Kathiúça. A mineração extrativista em Minas Gerais: “ai, antes fosse mais leve a carga”. **Revista Katálisis**, v. 24, n. 3, p. 459-469, 2021.

BERTOLLO, Kathiúça. **Mineração e superexploração da força de trabalho: análise a partir da realidade de Mariana-MG**. 2018. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC-Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis.

CARVALHO, Carlos Alberto De. Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico. **Contemporânea Revista de Comunicação e Cultura**, v. 7, n. 2, 2009.

COELHO, T. P. Minério-dependência em Brumadinho e Mariana. **Lutas Sociais**, [S. l.], v. 22, n. 41, p. 252–267, 2020. DOI: 10.23925/ls.v22i41.46681. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/46681>. Acesso em: 22 ago. 2025.

COSTA, Marco Aurélio; ALMEIDA, Luiz Felype Gomes de; GUERRA, Maria de Fátima Lage et al. Uma investigação sobre a minero-dependência em Brumadinho-MG: as metáforas do processo de formação e da dinâmica econômica local. Brasília, DF: IPEA, out.2020.

CUNHA, Thainá. A imprensa e a reprodução da desigualdade social em Mariana. IX **Encontro dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação de Minas Gerais**. 2016. Disponível em: https://anaisecomig.files.wordpress.com/2017/04/thainacc81_cunha_ufop_artigo.pdf

DA SILVA, Carlos Eduardo Lins; PIMENTA, Angela. Local news deserts in Brazil: Historical and contemporary perspectives. In: **The Routledge companion to local media and journalism**. Routledge, 2020. p. 44-53.

DA SILVA COUTINHO, Iluska Maria; VIRGÍNIA MOREIRA, Sonia; DOS SANTOS MARTINS, César Franco. Desertos de notícias na produção científica brasileira: conceito, contextos e aplicações. **Revista Eptic Online**, v. 24, n. 2, 2022.

DEOLINDO. O deserto da notícia no interior do Brasil- apontamentos para uma pesquisa. In: 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2018, Joinville. **Anais eletrônicos**, Intercom, 2018.

DORNELLES, Beatriz. O futuro dos jornais do interior. **Revista Intratextos**, v. 4, n. 1, p. 21-36, 2012.

DORNELLES, Beatriz Corrêa Pires. Características do jornalismo impresso local e suas interfaces com jornais comunitários. **Alceu** (PUCRJ), 2008.

DORNELLES, Beatriz Corrêa Pires. O localismo nos jornais do interior. **Revista FAMECOS** (Impresso), 2010.

DO AMARAL, Ana Carolina Vieira; BARBOSA, Karina Gomes. Jornalismo, Afetos e a Cidade: Inventário Afetivo de Jornais Impressos Marianenses. 2016. Acesso em 15 jul. 2025

ENTMAN, Robert M. Framing US coverage of international news: contrast in narratives of the KAL and Iran Air incidentes. *Journal of Communication*, 41 (4), p. 6-27, **Autumn** 1991.

ENTMAN, Robert M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. *journal of communication*. **Research Library Core**, v.43, ed.4, p.51-58, dez. 1993

FERNANDES, Endrica Christie. Mídia impressa e cobertura política do interior de Minas Gerais : Jornal da Praça, Ponto Final e Folha da Mata. 2017. 98 f. Monografia (Graduação em Jornalismo) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

G1 MINAS GERAIS. Justiça determina suspensão de propagandas da Fundação Renova por irregularidades. 10 out. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/10/10/justica-determina-suspensao-de-propagandas-da-fundacao-renova-por-irregularidades.ghtml>. Acesso em: 23 ago. 2025.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: um perspectiva de análise**. Vozes, 2012.

GOVERNO DO BRASIL. Conheça a linha do tempo da tragédia de Mariana (MG). Portal Oficial do Governo Federal, 24 out. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/novo-acordo-do-rio-doce/conheca-a-linha-do-tempo-da-tragedia-de-mariana-mg>. Acesso em: 23 ago. 2025.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. **Análise de conteúdo em jornalismo. Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, p. 123-142, 2007.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

JORNAL O ESPETO. População flutuante em Mariana chega a 35 mil. 15 maio 2024. Disponível em: <https://jornaloespeto.com.br/2024/05/17/populacao-flutuante-emmariana-chega-a-35-mil/>. Acesso em: 23 ago. 2025.

JÁCOME, Phellipy Pereira. **A constituição moderna do jornalismo no Brasil**. Curitiba: Editora Appris, 2020.

JAVORSKI, Elaine et al. A informação sobre a Covid-19 nos desertos de notícias: a relevância do jornalismo interior do Pará. **Liinc em Revista**, v. 16, n. 2, p. e5339-e5339, 2020.

JORGE, Danielle Passos et al. Poder, sedução e autopromoção das empresas de mineração em territórios atingidos por desastres criados em Fundão e no Córrego do Feijão. In: **Mineração: realidades e resistências**. São Paulo: Expressão popular, p. 131-159, 2020.

JÚNIOR, Wilson Corrêa da Fonseca; WILSON, C. **Análise de conteúdo. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, v. 380, 2005.

LIMA, Fábila Pereira. A mineração se reinventa: um estudo sobre o ethos discursivo das mineradoras brasileiras. **Media & Jornalismo**, 2018.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

MARTINS, Cézar Franco dos Santos. Desertos de notícias na região da zona da mata mineira: produção e carência de informação local. [Mestrado em Comunicação] -Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022.

MATTHES, Jörg; KOHRING, Matthias. The content analysis of media frames: Toward improving reliability and validity. **Journal of communication**, v. 58, n. 2, p. 258-279, 2008.

MEDEIROS, Rafael Ferreira. A função social do rádio local entre desertos de notícia e zonas de silêncio: reverberações da migração AM-FM. **Revista Latino-americana de Jornalismo**, 2020.

MELO, José Marques de. **História social da imprensa**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MELO, José Marques de. **História social da imprensa: fatores sócio culturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MENDES, Jairo Faria. **Minas Impressas: os tardios jornais mineiros**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Literíssima, 2023.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, -p. 187–201, jun. 2012.

MOREIRA, Sonia V; DEL BIANCO, Nélia R. Comunicações, território e desenvolvimento regional em municípios brasileiros com IDHM muito baixo. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 15, n. 4, ed. esp., p. 69-82, 2019.

MOUILLAUD, Maurice. A informação ou a parte da sombra. In: MOUILLAUD, Maurice. **O jornal: da forma ao sentido**. Organização de Sérgio Porto. Brasília: Ed. UnB, 2002. pp. 37-47.

MOTA, D. A Erosão da Proximidade: Questões e Desafios do Jornalismo Local na Sociedade Contemporânea. *Comunicação e Sociedade*, [S. l.], v. 44, p. e023027, 2023. DOI: 10.17231/comsoc.44(2023).4744. Disponível em: <https://revistacomsoc.pt/index.php/revistacomsoc/article/view/4744>. Acesso em: 22 ago. 2025.

NASCIMENTO, Paulo dos Santos; SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da. A “língua da mineração”: produção de sentidos na comunicação midiática da empresa Braskem S.A. em Maceió-AL. **RUA**, Laboratório de Estudos Urbanos- Unicamp, v. 28, p. 5–25, 2022.

NATANSOHN, Leonor Graciela; LOPES de Brito, Juliana. Feminicídio: a cobertura da Folha de S. Paulo a partir da Teoria do Enquadramento. *Pauta Geral - Estudos Em Jornalismo*, v.6, n.2, p.70–89. 2019

PANFLETU'S. Edição nº 1067. 21 de ago 2025. Disponível em: <https://www.jornalpanfletus.com.br/jornais/panfletu-s>

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **Guia para a edição jornalística**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária. **Anuário UNESCO/UMESP de Comunicação Regional**. São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco/UMESP, p. 52-78, 2003.

PONTO FINAL. Edição nº 1032. Mariana, jan. 2016a.

PONTO FINAL. Edição nº 1033. Mariana, jan. 2016b.

PONTO FINAL. Edição nº 1035. Mariana, fev. 2016c

PONTO FINAL. Edição nº 1036. Mariana, fev. 2016d.

PONTO FINAL. Edição nº 1045. Mariana, abr. 2016e.

PONTO FINAL. Edição nº 1048. Mariana, mai. 2016f.

PONTO FINAL. Edição nº 1059. Mariana, jul. 2016g.

PONTO FINAL. Edição nº 1066. Mariana, set. 2016h.

PONTO FINAL. Edição nº 1073. Mariana, out. 2016i.

PONTO FINAL. Edição nº 1074. Mariana, nov. 2016j

PONTO FINAL. Edição nº 1077. Mariana, nov. 2016k..

PONTO FINAL. Edição nº 1081. Mariana, dez. 2016m.

PONTO FINAL. Edição nº 1093. Mariana, mar. 2017a.

PONTO FINAL. Edição nº 1095. Mariana, mar. 2017b.

PONTO FINAL. Edição nº 1096. Mariana, abr. 2017c.

PONTO FINAL. Edição nº 1099. Mariana, mai. 2017d.

PONTO FINAL. Edição nº 1102. Mariana, mai. 2017e.

PONTO FINAL. Edição nº 1103. Mariana, mai. 2017f.

PONTO FINAL. Edição nº 1104. Mariana, jun. 2017g.

PONTO FINAL. Edição nº 1107. Mariana, jun. 2017h.

PONTO FINAL. Edição nº 1109. Mariana, jul. 2017i.

PONTO FINAL. Edição nº 1111. Mariana, jul. 2017j.

PONTO FINAL. Edição nº 1113. Mariana, ago. 2017k.

PONTO FINAL. Edição nº 1123. Mariana, out. 2017l.

PONTO FINAL. Edição nº 1126. Mariana, nov. 2017m.

PONTO FINAL. Edição nº 1128. Mariana, nov. 2017n.

PONTO FINAL. Edição nº 1130. Mariana, dez. 2017o.

PONTO FINAL. Edição nº 1137. Mariana, jan. 2018a.

PONTO FINAL. Edição nº 1144. Mariana, 15 mar. 2018b.

PONTO FINAL. Edição nº 1148. Mariana, 12 abr. 2018c.

PONTO FINAL. Edição nº 1151. Mariana, 03 mai. 2018d.

PONTO FINAL. Edição nº 1152. Mariana, mai. 2018e.

PONTO FINAL. Edição nº 1155. Mariana, 30 mai. 2018f.

PONTO FINAL. Edição nº 1157. Mariana, jun. 2018g.

PONTO FINAL. Edição nº 1164. Mariana, 2 ago. 2018h.

PONTO FINAL. Edição nº 1165. Mariana, ago. 2018i.

PONTO FINAL. Edição nº 1166. Mariana, 16 ago. 2018j.

PONTO FINAL. Edição nº 1167. Mariana, ago. 2018k.

PONTO FINAL. Edição nº 1171. Mariana, set. 2018l.

PONTO FINAL. Edição nº 1178. Mariana, nov. 2018m.

PONTO FINAL. Edição nº 1182. Mariana, dez. 2018n.

PONTO FINAL. Edição nº 1189. Mariana, fev. 2019a.

PONTO FINAL. Edição nº 1197. Mariana, abr. 2019b.

PONTO FINAL. Edição nº 1198. Mariana, abr. 2019c.

PONTO FINAL. Edição nº 1208. Mariana, jun. 2019d.

PONTO FINAL. Edição nº 1212. Mariana, jul. 2019e.

PONTO FINAL. Edição nº 1225. Mariana, out. 2019f.

PONTO FINAL. Edição nº 1228. Mariana, nov. 2019g.

PONTO FINAL. Edição nº 1230. Mariana, nov. 2019h.

PONTO FINAL. Edição nº 1240. Mariana, fev. 2020a.

PONTO FINAL. Edição nº 1255. Mariana, mai. 2020b.

PONTO FINAL. Edição nº 1279. Mariana, nov. 2020c

PONTO FINAL. Edição nº 1291. Mariana, 11 fev. 2021a.

PONTO FINAL. Edição nº 1293. Mariana, 25 fev. 2021b.

PONTO FINAL. Edição nº 1294. Mariana, 4 mar. 2021c.

PONTO FINAL. Edição nº 1298. Mariana, abr. 2021d.

PONTO FINAL. Edição nº 1316. Mariana, ago. 2021e.

PONTO FINAL. Edição nº 1320. Mariana, set. 2021f.

PONTO FINAL. Edição nº 1325. Mariana, 7 out. 2021g.

PONTO FINAL. Edição nº 1341. Mariana, jan. 2022a.

PONTO FINAL. Edição nº 1356. Mariana, mai. 2022b.

PONTO FINAL. Edição nº 1380. Mariana, out. 2022c.

PONTO FINAL. Edição nº 1388. Mariana, dez. 2022d.

PONTO FINAL. Edição nº 1397. Mariana, fev. 2023a.

PONTO FINAL. Edição nº 1402. Mariana, mar. 2023b.

PONTO FINAL. Edição nº 1407. Mariana, mai. 2023c.

PONTO FINAL. Edição nº 1421. Mariana, ago. 2023d.

PONTO FINAL. Edição nº 1422. Mariana, ago. 2023e.

PONTO FINAL. Edição nº 1424. Mariana, ago. 2023f.

PONTO FINAL. Edição nº 1430. Mariana, out. 2023g.

PONTO FINAL. Edição nº 1438. Mariana, nov. 2023h.

PONTO FINAL. Edição nº 1468. Mariana, jul. 2024a.

PONTO FINAL. Edição nº 1480. Mariana, out. 2024b.

PONTO FINAL. Edição nº 1483. Mariana, out. 2024c.

PONTO FINAL. Edição nº 1484. Mariana, out. 2024d.

PONTO FINAL. Edição nº 1485. Mariana, nov. 2024e.

PONTO FINAL. Edição nº 1.524. 21 de ago 2025. Disponível em:
<https://jornalpontofinal.com.br/>

REIS, Thays Assunção. A PESQUISA DE JORNALISMO LOCAL E REGIONAL NO BRASIL: levantamento das teses e dissertações (2010-2020). **Brazilian journalism research**, v. 18, n. 3, p. 574-597, 2022.

REGINATO, Gisele Dotto. **As finalidades do jornalismo: o que dizem veículos, jornalistas e leitores**. Insular, Florianópolis, 2019.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50**. E-papers, Rio de Janeiro, 2007.

RIZZOTTO, Carla; PRUDENCIO, Kelly; SAMPAIO, Rafael. [Tudo normal: a despolitização no enquadramento multimodal da cobertura do impeachment de Dilma Rousseff](#). **Comunicação & Sociedade**, v. 39, n.3, p.111-130, set./dez. 2017.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Editora Insular, 2003.

SAMARCO MINERAÇÃO. Reassentamentos e obras de bens públicos avançam em Novo Bento Rodrigues e Paracatu. 11 abr. 2025. Disponível em: <https://www.samarco.com/reassentamentos-e-obras-de-bens-publicos-avancam-em-novo-bento-rodrigues-e-paracatu/>. Acesso em: 23 ago. 2025.

SARAIVA, Carolina Machado; PEREIRA, Michel Richter de Souza Oliveira. O PROTAGONISMO NARRATIVO DA FUNDAÇÃO RENOVA: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA VIMVER EM MATERIAL DE DIVULGAÇÃO. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 8, n. 3, p. 503-537, 2021.

SCHWARTZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. D. João e seu reino americano. In: **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 172-199.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em jornalismo e mídia**, v. 2, n. 1, p. 95-107, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Mauad Editora Ltda, Rio de Janeiro, 1999.

TV PONTO FINAL: Podcast de 30 anos. Entrevistados: Gilson Cláudio e Lavínia Passos. Entrevistador: Rômulo Passos, 24 jan. 2025. Vídeo no Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pb2ArwgNhrI&t=1022s>. Acesso em: 21 ago. 2025

VIEIRA, Diovana Renoldi. Diálogos de um desastre: comunicação e discursos da Samarco/Renova em sua interlocução com os atingidos pela catástrofe socioambiental no Vale do Rio Doce. **Anais do Seminário de Ciências Sociais**, v. 2, 2017.

VIMIEIRO, Ana Carolina; DANTAS, Marcela. Entre o explícito e o implícito: proposta para a análise de enquadramentos da mídia. **Lumina**, v. 3, n. 2, 2009.

WISNIK, José Miguel. **Maquinação do mundo: Drummond e a mineração**. Editora Companhia das Letras, 2018.